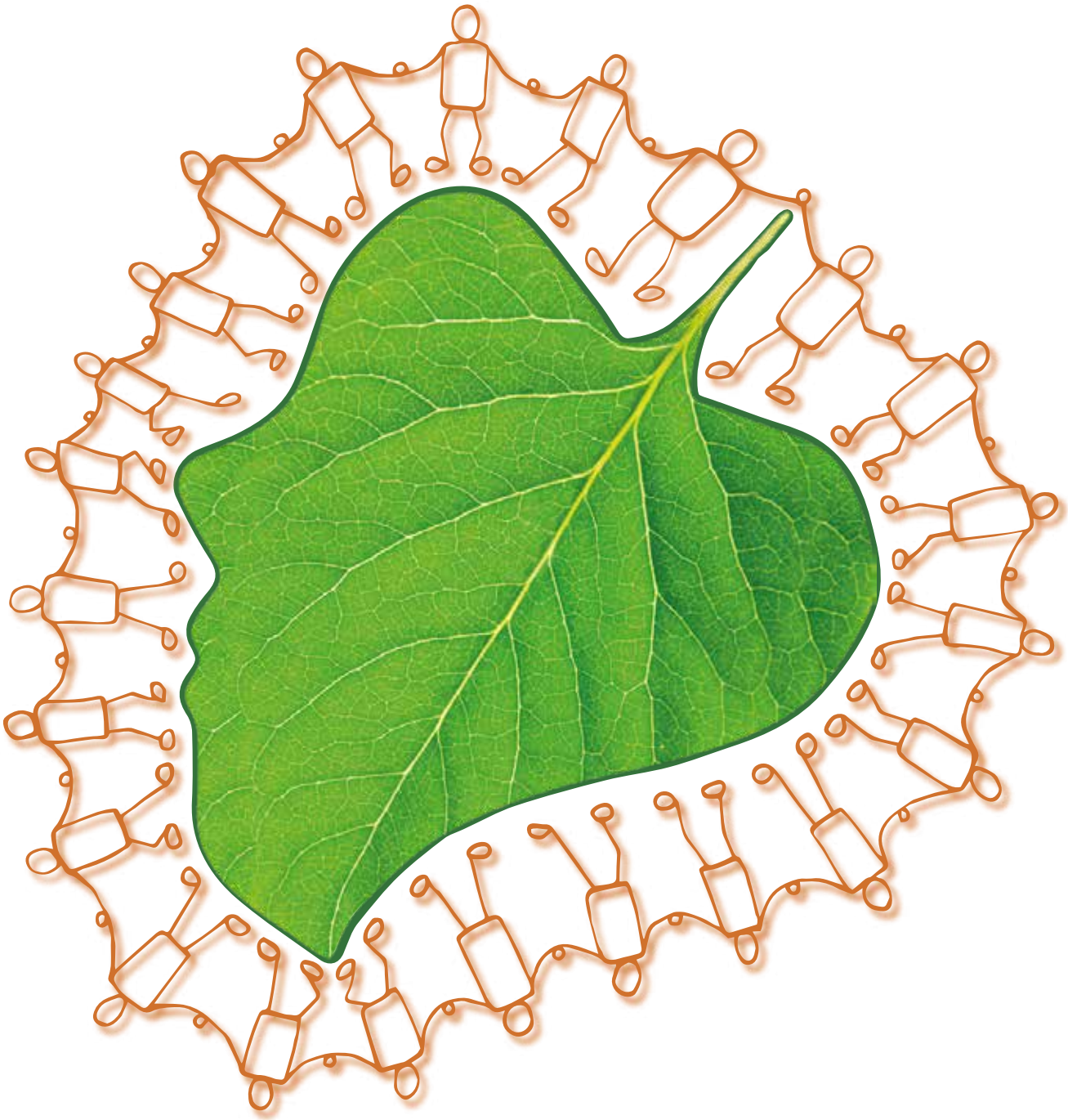
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

NO TERRITÓRIO METROPOLITANO DE SALVADOR



Registro de Lives de Abril e Maio/2021 - Salvador/Bahia
Pré X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental - Bahia

Este registro de experiências educativas no TMS-Território Metropolitano de Salvador, apresentadas em 3 *lives* (2021), pretende dar visibilidade ao esforço de educadores e educadoras que trabalham com diferentes formas de sensibilização, comunicação e análise de situações cotidianas. Bem como evidenciar as diretrizes da Educação Ambiental (EA) nas práticas expostas. As *lives* estão inseridas no Pré X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental-BA, um período preparatório para o encontro nacional.

O Grupo de Trabalho da Reaba no TMS espera que esta publicação venha a contribuir para a capilarização das práticas de EA, que, por sua vez, podem ampliar as iniciativas em busca de dias melhores!

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO TERRITÓRIO METROPOLITANO DE SALVADOR/BAHIA

REGISTRO DE *LIVES* - ABRIL E MAIO/2021

reaba
Rede de Educação Ambiental da Bahia

ATIVIDADE DO PRÉ X FBEA/BA
(Pré-X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – Bahia)

Salvador/Bahia - 2022

Experiências Educativas no Território Metropolitano de Salvador/Bahia

Atividade do Pré-X FBEA/BA (Pré-X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – Bahia)

REALIZAÇÃO*:* Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia – TMS – Território Metropolitano de Salvador

ARTICULAÇÃO*:* GT TMS/Reaba – Grupo de Trabalho TMS / Reaba
- Adalcira Santos Bezerra (Dal Bezerra): Reaba e Movimento Paulo Jackson, Ética, Justiça e Cidadania
- Geneci Braz de Souza: Conselho da APA Joanes – Ipitanga
- Maria Alice Martins de Ulhôa Cintra (Lilite Cintra): Reaba e Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia
- Moacir Santos Tinoco: Reaba e Profº da Universidade Católica do Salvador
- Paulo Roberto Cruz: Colegiado de Desenvolvimento Territorial – TMS
- Rosalvo de Oliveira Junior: Reaba e Aprendiz Ecossocialista
- Rosane Oliveira Barreto: Reaba
- Silvana Neuza Pereira Canário: Reaba e Consultora Ambiental
- Zanna Maria Rodrigues de Matos: Reaba e Profª da Universidade Estatual de Feira de Santana

COLABORAÇÃO TÉCNICA NA OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES
- Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia
- Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia
- Robea – Rede do Oeste Baiano de Educação Ambiental
- Sema – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia

APOIO FINANCEIRO
- Fonasc.CBH – Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
- Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia

CONVIDADAS(O) PALESTRANTES/MUNICÍPIOS
- Adriana Muniz – *Vera Cruz*
- Angélica Paixão – *São Francisco do Conde*
- Dadu Gomes – *Camaçari*
- Débora Porciúncula – *Salvador (Parque S. Bartolomeu)*
- Donana Silva – *Lauro de Freitas*
- Eliete Paraguassu – *Salvador (Ilha de Maré, BTS)*
- Ellen Jesus – *Pojuca*
- Golde Stifelman – *6 municípios do TMS: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Simões Filho; 1 município do Território Portal do Sertão: Terra Nova*
- Karina Martins – *Itaparica*
- Lôra Santos – *Simões Filho*
- Maria Aparecida Meireles – *Camaçari e Salvador (condomínios)*
- Najila Carvalho – *Mata de São João (Praia do Forte)*

ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO:
- **Coordenação Geral:** Lilite Cintra
- **Registros e textos:** Amélia Cerqueira, Dal Bezerra, Geneci Souza, Jamile Trindade, Lilite Cintra, Paulo Cruz, Rosalvo Oliveira, Rosane Barreto, Silvana Canário e Zanna Matos
- **Revisão:** Hilda Fausto

PROJETO EDITORIAL GRÁFICO
- **Coordenação e editoração:** Virginia Yoemi Fujiwara
- **Assessoria:** Ari Ulhôa Cintra Paes da Cunha
- **Ilustração:** Alethea YF
- **Capa:** Ari Cunha, Alethea YF e Maria Fujiwara.

SALVADOR, 2022

NOTA: *qualquer parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida por qualquer pessoa, desde que seja citada a fonte.*

DEDICATÓRIA

Este registro é dedicado a todas as pessoas que, com profundo respeito ao outro e à natureza, envolvem/sentem/executam/disseminam, intuitivamente ou de forma planejada, os princípios e os objetivos da Educação Ambiental conforme, descritos no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Rio 92).

E96 Experiências educativas no território metropolitano de Salvador/Bahia : registro de lives - abril e maio 2021 / Coordenação de Lilite Cintra. – Salvador : REABA, 2022.
91p. : il., color.

Atividade do Pré X FBEA/BA (Pré - X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental - Bahia).
ISBN 978-65-999157-0-3

1. Educação ambiental. 2. Educação socioambiental. 3. Região Metropolitana de Salvador (RMS). I. Cintra, Lilite (coord.). II. Rede de Educação Ambiental da Bahia (REABA).

CDU 37:504(813.8)

Agradecer as informações apresentadas, debatidas e assimiladas durante a preparação e a realização dos encontros virtuais (lives) é uma forma de reconhecer que houve ganhos no processo. Portanto, é importante manifestar nossos agradecimentos:

Às palestrantes e ao palestrante que se dispuseram a compartilhar experiências educativas, conhecimentos e reflexões com todos e todas que ouviram as lives organizadas pelo GT TMS-Reaba (Grupo de Trabalho do Território Metropolitano de Salvador da Rede de Educação Ambiental da Bahia);

A todos os ouvintes que estimularam o debate com seus comentários e perguntas durante os encontros virtuais (lives);

Às pessoas que prestaram assistência técnica, antes, durante e após a realização das lives;

Às instituições que deram seu apoio financeiro para que esta publicação pudesse ser elaborada: Fonasc.CBH – Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas e Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia;

A cada membro do GT TMS-Reaba e seus colaboradores que planejaram, facilitaram e executaram essas atividades;

Aos mestres acadêmicos que nos inspiram com seus ensinamentos e citações significativas: Paulo Freire, Djamila Ribeiro e Marcos Sorrentino;

E a você, leitor ou leitora, que ao se apropriar destas informações poderá utilizá-las para estimular um aprofundamento das experiências e dos questionamentos que elas apresentam, como subsídios para o planejamento e a realização de futuras ações educativas socioambientais locais.

GT TMS - Reaba

Salvador, 2022

SUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRIO

CAPÍTULO I

O TEXTO E SEU CONTEXTO – Suporte para a Educação Ambiental 11

- Introdução 13
- Objetivo do documento 13
- Contextualização 13
- TMS – Território Metropolitano de Salvador/Informações gerais 14
- GT-TMS – Grupo de Trabalho TMS – Quem somos 15
- Planejamento: atividades/datas/municípios 16
- Realização e apoio 17

CAPÍTULO II

REGISTRO DE TRÊS *LIVES* – O que conversamos nos encontros? 19

- **Primeira *live*** – 15 de abril de 2021: moderação Lilite Cintra 21

Abertura 22
Vera Cruz – Adriana Muniz 23
Itaparica – Karina Martins 25
Camaçari e Salvador (condomínios) – Maria Aparecida Meirelles 28
Comentários e encerramento 31

- **Segunda *live*** – 29 de abril de 2021: moderação Silvana Canário 35

Abertura 36
Lauro de Freitas – Donana Silva 39
Salvador (Ilha de Maré, BTS) – Eliete Paraguassu 42
Pojuca – Ellen Jesus 47
Comentários e encerramento 52

SUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRIOSUMÁRIO

- **Terceira *live*** – dia 06 de maio de 2021: moderação Lilite Cintra 57

Abertura 58

São Francisco do Conde – Angélica Paixão 59

Salvador (Parque São Bartolomeu) – Débora Porciúncula 63

Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Simões Filho (TMS);

Terra Nova (Território Portal do Sertão) – Golde Stifelman 66

Camaçari – Dadu Gomes 72

Simões Filho – Lôra Santos 74

Mata de São João (Praia do Forte) – Najila Carvalho 77

Comentários e encerramento 79

CAPÍTULO III

OUTRAS PALAVRAS – Como aproveitar o que ouvimos? 83

- Introdução: o fazer educativo e a EA 84
- Período das experiências: quando ocorreram essas experiências educativas? 84
- Responsáveis pelas atividades: quem desenvolve essas experiências educativas? 84
- Público envolvido: que grupos passam por essas experiências? 85
- Conteúdo: o que se discute nessas experiências educativas? 85
- Contexto histórico e geográfico: quando e onde acontecem essas experiências? 86
- Espaços de aprendizagem/ensino: onde se aprende/ensina? 86
- Metodologias/estratégias usadas nas experiências: como se aprende/ensina? 87
- Alguns Desafios: o que falta? 87
- Instrumentos que embasam a EA: o que pode ajudar? 88
- Caminhos possíveis: que tal estruturar uma política municipal de EA? 89
- Para saber mais: Sugestões de consultas 91

CAPÍTULO I

O TEXTO E SEU CONTEXTO

Suporte para Educação Ambiental

INTRODUÇÃO

Este documento é a sistematização da atividade estimulada pela Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia – de mobilização e articulação dos territórios baianos, como preparatório para o X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (X FBEA).

Trata-se de uma coletânea de depoimentos de 13 (treze) experiências socioeducativas, que já foram ou estão sendo realizadas no TMS – Território Metropolitano de Salvador –, com conteúdo ou forma que dialogam com os princípios da Educação Ambiental (EA), acompanhadas com comentários sobre EA. Essas experiências foram apresentadas em 3 (três) encontros virtuais (*lives*) organizados por um Grupo de Trabalho da Reaba, no TMS (GT-TMS). Essas *lives* ocorreram nos dias 15 e 29 de abril e 6 de maio de 2021.

OBJETIVO DO DOCUMENTO

Colaborar com a divulgação das experiências socioeducativas do TMS que foram apresentadas, bem como oferecer subsídios teóricos e práticos para o enraizamento da Educação Ambiental (EA) e a implantação de políticas públicas de EA nos municípios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Reaba é uma rede de educadores e educadoras ambientais criada desde 1992 para divulgar o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (Rio/92) e para articular pessoas/instituições baianas em torno de uma educação que busque construir uma nova compreensão sobre e uma nova relação com o meio ambiente.

Vários estados da Federação têm redes de EA, como a Bahia, que compõem a malha da Rebea – Rede Brasileira de Educação Ambiental, a qual organiza os Fóruns Brasileiros de EA (FBEAs). O próximo será o X FBEA, cujo tema geral será: *Educação Ambiental pela Vida*. Antes dos fóruns brasileiros, e dentro das condições de cada estado, é comum a realização de um Pré-Fórum EA para mobilizar as educadoras e os educadores para o evento nacional. A Reaba encarregou-se de organizar um período de Pré-Fórum EA da BA, que foi lançado em 31 de outubro de 2020 e deve ser encerrado antes do X FBEA.

"Elos" da Reaba são educadores e educadoras que fazem parte da rede e que se encarregam, voluntariamente, pela mobilização em torno da EA nos seus locais. Um grupo geral de "elos" de várias partes do estado elaborou

um documento base orientador chamado *Metodologia do Pré-Fórum de Educação Ambien*tal da Bahia (encurtador.com.br/iB236) com sugestões e orientações de atividades: encontros (*lives*) e/ou oficinas virtuais de Educação Ambiental, considerando a premência de isolamento social desencadeado pela sindemia* da covid-19.

A partir do tema geral do X FBEA, definiu-se um tema baiano para o Pré-Fórum-BA: *Educação Ambiental na Bahia: Escuta do Viver nos Territórios de Identidade*. E como a BA está dividida administrativamente em 27 Territórios de Identidade, os "elos" da Reaba nesses territórios foram estimulados a estruturar um grupo de trabalho territorial (GT) para realizar atividades preparatórias do X FBEA, dentro das condições possíveis de cada local.

TMS – TERRITÓRIO METROPOLITANO DE SALVADOR**

Fazem parte do TMS os seguintes municípios baianos: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

Esse território localiza-se na costa do Atlântico e era habitado pelos indígenas tupinambás, os quais foram quase dizimados, com a chegada dos portugueses na Bahia, em 1500. Atualmente, ele tem aproximadamente 4 milhões de habitantes, cerca de 25% da população da Bahia.

Possui um clima tropical e úmido; o relevo apresenta planalto costeiro, planícies litorâneas e bacias sedimentares. O TMS está inserido predominantemente no bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. E faz parte de 3 regiões de planejamento e gestão das águas: região do rio Paraguaçu, região do Recôncavo Norte e região do Recôncavo Sul.

Não se pode deixar de destacar Salvador como a cidade mais populosa, que foi a primeira capital do Brasil, conhecida por sua arquitetura, música e atraente destino turístico; é frequentemente chamada de "Roma Negra", porque grande parte da sua população é afrodescendente.

O TMS passou pelos ciclos do açúcar e do cacau, mas às custas de muitos desmatamentos que ocasionaram sérios impactos ambientais e foram ancorados na escravidão, cujas consequências ainda alimentam o racismo estrutural com o qual convivemos até hoje.

**Sindemia é "quando uma pandemia manifesta-se associada a fatores sociais e biológicos desfavoráveis, agravando ainda mais a saúde das populações atingidas, produzindo maior vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica" (Merrill Singer – médico, antropólogo)*

*** Informações extraídas do PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 2016*

No TMS, recolhe-se cerca de 43% do PIB do estado e quase 78% do ICMS da BA. Esse território possui um porto exportador e um polo industrial importantes. Muito pouco de suas terras são destinadas à agricultura, menos de 1%.

É o território mais rico da BA, mas também o que apresenta maior desigualdade social. Convive-se com muitos bolsões de pobreza, com inúmeros desafios a serem enfrentados: déficit de moradia e de esgotamento sanitário; vários rios poluídos e tamponados; inoperância na gestão das águas, da coleta do lixo e do tratamento dos resíduos sólidos. Apesar do cenário difícil, ainda há possibilidades de alcançar uma melhor qualidade de vida para todos os seres.

GT-TMS - GRUPO DE TRABALHO TMS - QUEM SOMOS

Para enfrentar os desafios territoriais e as urgentes mudanças que os seres humanos precisam encarar pela sobrevivência da nossa espécie, a Educação é sempre chamada para colaborar na direção de compreender,

vislumbrar, discutir problemas e conflitos locais, buscar soluções ou até mesmo formas de conviver com eles. Portanto, o GT-TMS, formado por alguns educadores e educadoras ambientais vinculados à Reaba ("elos" locais da Reaba), promoveu a mobilização de pessoas/instituições para a realização das atividades do Pré-Fórum EA BA nesse território, na tentativa de contribuir com esses enfrentamentos.

Agruparam-se os seguintes "elos" da Reaba do TMS:

- **Adalcira Santos Bezerra (Dal Bezerra):** Reaba e Movimento Paulo Jackson, Ética, Justiça e Cidadania;
- **Geneci Braz de Souza:** APA Joanes-Ipitanga;
- **Maria Alice Martins de Ulhôa Cintra (Lilite):** Reaba e Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia;
- **Moacir Santos Tinoco:** Reaba e Profº da UCSal – Universidade Católica do Salvador;
- **Paulo Roberto Cruz:** Codeter – Colegiado de Desenvolvimento Territorial – TMS;
- **Rosalvo de Oliveira Júnior:** Reaba e Aprendiz Ecossocialista;
- **Rosane Oliveira Barreto:** Reaba;
- **Silvana Neuza Pereira Canário:** Reaba e consultora ambiental;
- **Zanna Maria Rodrigues de Matos:** Reaba e Profª da UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana.

PLANEJAMENTO: ATIVIDADES/DATAS/MUNICÍPIOS

Foram realizadas reuniões virtuais de planejamento desde dezembro/2020. Além do GT TMS, participaram membros do colegiado territorial e de colegiados ambientais (comitê de bacia, unidade de conservação) para colaborar com o planejamento da atividade e assim alcançar uma abrangência maior no território.

Após analisar o documento base elaborado pela Reaba (*Metodologia do Pré-Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – Bahia*), o GT TMS planejou suas atividades, optando por realizar três encontros virtuais (*lives*) com a apresentação de experiências socioeducativas do território. As experiências foram identificadas a partir dos contatos do próprio grupo, que procurou ampliar a diversidade de temas abordados e contemplar ao menos uma experiência por município do TMS. Salvador teve apresentação de três experiências por ser a maior cidade e com mais densidade demográfica. Foram realizadas 3 *lives*, com apresentações dos seguintes municípios:

- 15 de abril de 2021: Camaçari, Itaparica, Salvador (condomínios) e Vera Cruz.
- 29 de abril de 2021: Lauro de Freitas, Pojuca e Salvador (Ilha de Maré, BTS).
- 06 de maio de 2021: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Mata de São João (Praia do Forte), Salvador (Parque São Bartolomeu), São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho - municípios do TMS; Terra Nova - município do Território Portal do Sertão.

Partiu-se do foco geral do Pré-Fórum de EA da BA expresso no documento base, ou seja, realizar uma escuta ativa dos atores e atrizes locais durante as atividades. Para isso, foi oferecida a seguinte pergunta estimuladora do diálogo:

> ***"Como vocês vivenciam, planejam e executam o seu fazer educativo nos seus espaços e no seu território?".***

Os registros das experiências foram extraídos a partir das *lives* realizadas. No entanto, não estão sistematizados atendendo ao rigor das regras da ABNT, mas os seus conteúdos foram conservados. E, como cada palestrante usou formas diferentes para expor suas experiências, os registros não foram padronizados, ora aparecem como fala da(o) própria(o) palestrante, ora como relato de quem registra. Mas foram feitos buscando atender a uma orientação mais uniforme, para facilitar a consulta e a compreensão dos leitores e das leitoras. Quanto às fotos, em alguns casos, houve limitações na qualidade das imagens e na obtenção de dados. Ainda assim foram publicadas para que pudessem comprovar os depoimentos e servir de pistas aos que queiram buscar mais informações.

REALIZAÇÃO E APOIO

Para realizar as *lives,* a Reaba contou com o trabalho voluntário de seus "elos" locais e teve apoio técnico e financeiro.

Técnico para operação das plataformas virtuais:

- Robea – Rede do Oeste Baiano de Educação Ambiental (Daniel Barreto);
- Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia (Lilite Cintra e Renato Cunha);
- Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia (Breno Pessoa e Silvana Canário);
- Sema – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (Amélia dos Santos Cerqueira, Enderson Araújo, Jamile Patrícia Barbosa Trindade, Nádia Cristina Xavier Santos, Samantha Uchôa e Tiago Dantas).

Financeiro para elaboração deste documento:

- Fonasc.CBH - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
- Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia

CAPÍTULO II

REGISTRO DE TRÊS *LIVES*:
O que conversamos nos encontros?

Cards utilizados para a divulgação das lives nas redes sociais

PRIMEIRA *LIVE* - DIA 15 DE ABRIL DE 2021

"Minha radicalidade me exige absoluta lealdade ao homem e à mulher. Uma Economia incapaz de programar-se em função das necessidades humanas, que convive indiferente com a fome de milhões a quem tudo é negado, não merece meu respeito de educador nem, sobretudo, meu respeito de gente. E não me digam que 'as coisas são assim porque não podem ser diferentes'."

(FREIRE, Paulo. À sombra da mangueira. São Paulo: Olho d'Água, 1995, p.22)

Citação do livro "Paulo Freire Educar para Transformar - Almanaque Histórico", pág.67/ Projeto Memória 2005

ABERTURA

Foi escolhida a especial música "Samba da Utopia", do compositor Jonathan Silva que canta com a intérprete Ceumar. Ela foi composta para uma peça de teatro chamada "Ledores do Breu", que tinha um personagem, chamado "Zé da Luz", inspirado no grande educador brasileiro Mestre Paulo Freire, que também iluminou e ainda ilumina o nosso breu da Educação e da Cultura; Mestre que, se vivo, completaria 100 anos em 2021. A música faz um jogo com algumas palavras chaves: poesia, sabedoria, rebeldia, teimosia, tirania, utopia.

A mediadora é sócia fundadora do Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia – e milita na área de Educação Ambiental desde a sua fundação (1982). Também faz parte da Reaba a partir do início da Rede (1992).

Foi feito um momento de silêncio em solidariedade às famílias, amigos e amigas dos mortos pela covid-19, seguido da leitura da introdução do documento orientador do Pré-Fórum-BA, elaborado pela Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia:

> *"Em tempos de reavaliar a vida, reprogramar rumos, revisar planos, realimentar sonhos... mais uma vez voltamos nosso olhar para a Educação como uma ponte (ou pilar) de uma nova relação humana com os demais seres. Exatamente quando observamos a intensificação do risco de vida e a continuidade da própria humanidade..."* (doc. Reaba: Metodologia do *Pré-Fórum* de Educação Ambiental da Bahia/2020)

Para situar os ouvintes da live, foram passadas algumas informações básicas sobre o TMS – Território Metropolitano de Salvador —, as mesmas que constam nos itens "Contextualização" e "TMS Informações Gerais", no Capítulo I deste documento (págs. 13 a 15).

Na sequência, as três convidadas apresentaram suas experiências educativas referentes a quatro municípios do TMS.

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ

ADRIANA MUNIZ

"Importante momento de valorização do fazer educativo na prática"

Adriana Muniz

Convidada: Adriana Muniz - moradora da Ilha de Itaparica, socióloga, especialização em Educação Ambiental pela UFBA-Universidade Federal da Bahia; atuação na Baía de Todos-os-Santos, com comunidades, há mais de 20 anos, especialmente na ilha de Itaparica.

Título da experiência: Projeto Maré Cheia, que tem três eixos:

1. Monitoramento de recifes de corais;
2. Ecoturismo e
3. Eixo Educação Ambiental, que será apresentado aqui.

Realização: Pró-Mar, organização socioambientalista.

Início/término: o projeto iniciou há 3 anos, ainda está em andamento, mas desde fev/2021 com esta metodologia virtual.

Público envolvido: professores e estudantes desde a educação infantil até jovens do ensino médio, chegando a atingir aproximadamente 620 estudantes; das escolas de Vera Cruz, foram cerca de 420 estudantes, mas envolveu também escolas dos municípios de Itaparica e Cairu-Boipeba.

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: é uma iniciativa da organização socioambientalista Pró-Mar, e a equipe do projeto trabalha com grupos de professores que repassam para suas respectivas escolas/turmas e preparam jovens para serem monitores nas atividades.

Temática abordada: preservação dos corais, vida marinha e outros temas ligados a sustentabilidade e meio ambiente.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Vera Cruz

Tem sido um importante momento de valorização do fazer educacional na prática. Em 2019, quando foi escrito o projeto, as atividades foram pensadas para o presencial; não se imaginava a pandemia, que nos obrigou a migrar para o virtual. Ao longo das atividades são realizados *posts* no *facebook* e no *instagram* sobre os temas abordados. O projeto tem três frentes.

1. CALENDÁRIO ECOLÓGICO: todo o ano letivo, em parceria com as escolas

- **Reuniões virtuais:** mensais, com professores de diversas escolas, de planejamento, trocas de experiências e disponibilização de material pedagógico, apostilas e slides;
- **Efeito multiplicador:** repasse dos professores para os seus estudantes nas suas salas virtuais;
- **Engajamento em redes sociais:** publicação de *posts* com temas específicos a cada mês, com **engajamento de estudantes e jovens formados que passam a colaborar com as atividades junto com a equipe; são realizados *posts* nos canais da Pró-Mar, no *facebook*, no *instagram* e no canal do *youtube* sobre os temas abordados;**
- ***Lives* mensais:** com especialistas convidados, uma vez por mês;
- **Minisséries Pró-Mar:** com um capítulo a cada 15 dias, vídeos educativos apresentam uma trama diferente em 9 episódios. Parceria com um elenco de jovens de Sussuarana, um bairro de Salvador; minisséries "Elos da Ilha";
- **Tenda ambiental:** com vídeos educativos, jogos e brincadeiras virtuais, interativos, para crianças e jovens de diferentes idades, divididos por faixa etária;
- **Devolutiva:** no fim de cada mês; momento de interação dos estudantes, com apresentação das atividades realizadas sobre os temas trabalhados no mês, quando se estimula a criatividade (podem ser vídeos, entrevistas com alguém da família, fotos).

2. ECO ILHA: espera-se que seja presencial, se a pandemia permitir; um evento de 3 dias será a segunda edição, previsto para o 2º semestre/2021, na sede da instituição; com palestras, *workshops*, *stands*, minicursos, oficinas com temáticas ligadas à sustentabilidade.

3. CONEXÕES AMBIENTAIS: culminância do projeto, reunindo todas as escolas, com presença dos estudantes e educadores que participaram do projeto; uma confraternização, com palestras temáticas ambientais e apresentações culturais. Cada escola deve selecionar, junto com os estudantes, 2 atividades realizadas durante o processo, para serem apresentadas nessa culminância.

CONTATOS
contato@promar.org.br organizaçãopromar Pró-Mar YouTube ONG PRO MAR

MUNICÍPIO DE ITAPARICA

KARINA MARTINS

"Quando se tem afeto com o local em que se vive, a aproximação com o conteúdo fica mais fácil de ser trabalhada. Assim, o conteúdo chega através do afeto"

Karina Martins

Convidada: Karina Martins - licenciada em Biologia – Unijorge; Mestre em Diversidade Animal – UFBA e Doutora em Ensino Filosofia e História das Ciências – UFBA/UEFS. Atuação com formação de professores, ciência cidadã e etnoecologia. Está como coordenadora de projetos da organização da sociedade civil Pró-Mar.

Título da experiência: Projeto Maré Cheia, que tem três eixos: (1) monitoramento de recifes de corais; (2) ecoturismo e (3) eixo Educação Ambiental. Essa experiência tem foco no eixo 3 e apresenta o Programa de Atualização em Educação Ambiental.

Realização: Pró-Mar, organização socioambientalista.

Início/término: início em 2018, com atividades ao vivo até 2019; e a partir de 2020 com trabalho online, que ainda está em desenvolvimento.

Público envolvido: professores da educação básica municipal e estadual de Itaparica, contemplando também outros municípios baianos: Vera Cruz, Maragogipe e Cairu. Mas, com o formato online, acabou envolvendo professores do Ceará e do Rio de Janeiro, ampliando a abrangência.

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: equipe do Programa de Atualização em Educação Ambiental, do Projeto Maré Cheia.

Temática abordada: ambientes costeiros, manguezais, corais, coral sol, bioinvasão; formação de professores.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Itaparica

O projeto oferece elementos de ensino, trazendo a cultura do estudante e o diálogo intercultural para a sala de aula. Aplica uma Educação Ambiental (EA) que vise a transformação e que faça sentido para os estudantes. EA dialogada.

O projeto tem a Educação Ambiental dialogada. No início da apresentação, os ouvintes foram estimulados a lembrar de um professor ou professora que tenha sido marcante na vida, que tenha feito a diferença. Depois de alguns instantes, o comentário feito ressalta aos ouvintes que quase ninguém se recorda dessa pessoa pelo conteúdo que ensinava, mas pelos momentos em que ele/ela foi capaz de dar a mão, de ajudar nas dificuldades pelas quais o estudante passou. Um professor ou professora que buscou novas ferramentas de ensino, **um modo de trabalhar diferente para que o aluno pudesse captar o conteúdo.**

Diante da Educação, o conteúdo acaba sendo secundário. O conteúdo chega a partir do momento em que se coloca a questão do afeto como premissa, o que a neurociência já comprova. **Quando se tem afeto com o local em que se vive, a aproximação com o conteúdo fica mais fácil de ser trabalhada.** Assim, o conteúdo chega por meio do afeto.

Uma estratégia é usar como base inicial para as atividades a seguinte pergunta: **"Como você vê o mundo? Como é o mundo através dos seus olhos?"** Assim, o trabalho estimula as pessoas a fazer uma leitura do mundo através de uma escuta horizontalizada e, nesse diálogo, elas podem fazer as relações entre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, entendendo o mundo físico, realizando reflexões importantes sobre a realidade, na busca de solução para os problemas reais.

É um trabalho que visa a formação geral do estudante como cidadãos e cidadãs. Traz o estudante para a sala de aula com a sua cultura e faz a mediação entre Ciência e conhecimento da comunidade. Enfatiza que não existe um conhecimento mais válido do que o outro. Importante é a troca.

A partir do estudo dos corais, em especial do coral sol (um invasor na Baía de Todos-os-Santos), foram feitas propostas de reflexões sobre os problemas de uma invasão biológica, uma bioinvasão.

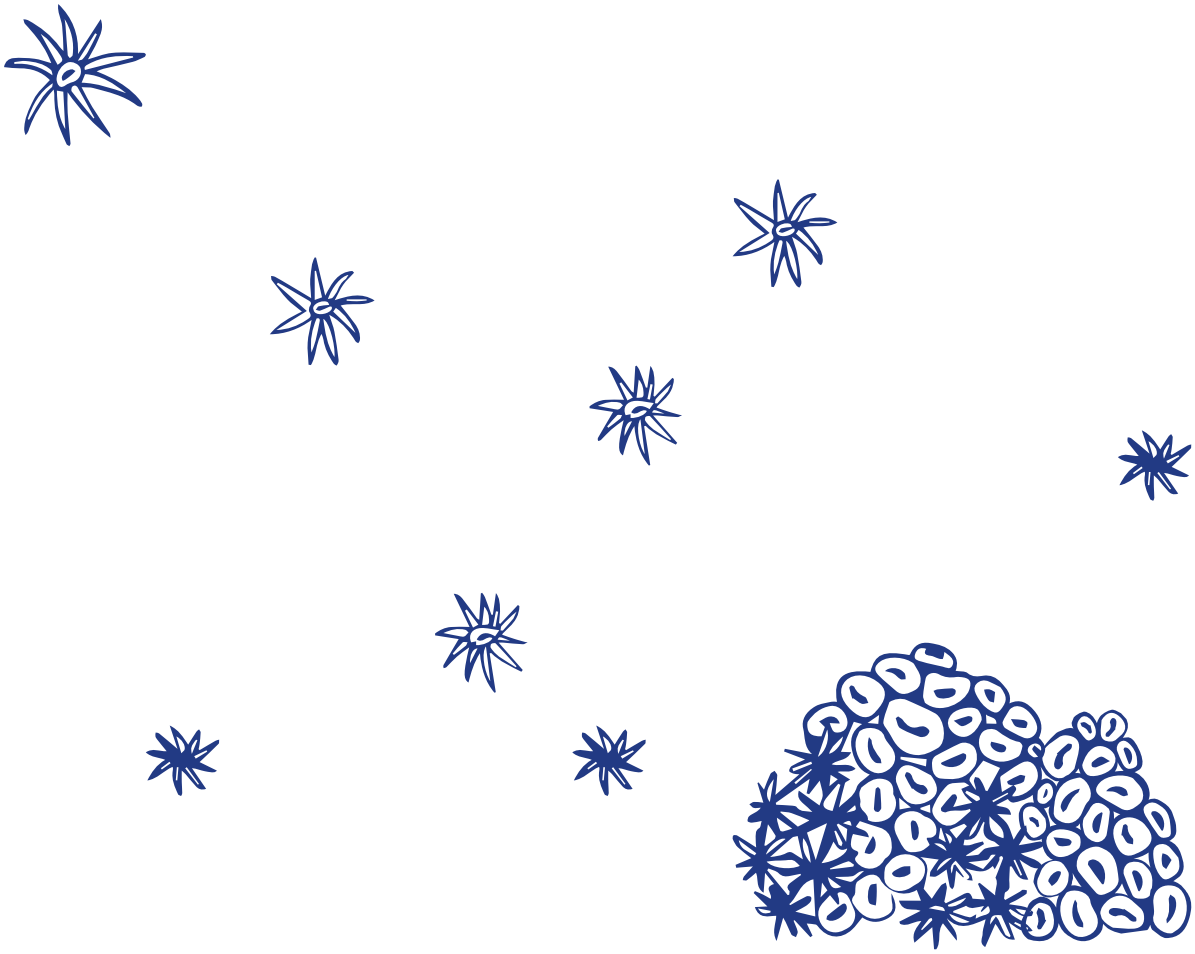
A formação de professores do programa envolve. (1) 24 horas de aulas teóricas e práticas. Em 2020, as aulas foram gravadas e disponibilizadas (www.promar.org.br); (2) dois encontros ao vivo (mentoria com os professores); (3) um produto final: os participantes devem elaborar um projeto de EA, possível de ser realizado na sua realidade escolar, envolvendo cultura, interculturalidade, etnoecologia, ecologia da conservação, a partir da EA dialogada.

Os conteúdos trabalhados com os professores no programa foram: trajetória da EA no Brasil; Ecossistemas recifal e manguezal; EA dialogada; Instrumentos para aplicação da EA dialogada; projeto de EA.

A forma como você aplica os assuntos em sala de aula é o que importa para envolver o aluno na problemática em discussão e despertar o interesse. Porque, na internet, você encontra muitos assuntos.

Ao fim, foi exibido o vídeo "Alfabetização Científica" - Neil de Grasse Tyson (encurtador.com.br/sMT89), que trata da importância de se manter a curiosidade exploratória desde criança.

> **O vídeo mostra que a Ciência é uma atividade essencialmente humana, estimulada pela curiosidade; que é fundamental cultivarmos esse espírito explorador, ao longo da vida, aquele que experimenta situações e descobre formas de ver as coisas; formas de compreender o mundo. Essa compreensão é o que nos dá poder para não sermos enganados por quem compreende o mundo e para enfrentarmos as questões ao nosso redor.**



CONTATOS
karina@promar.org.br contato@promar.org.br

MUNICÍPIOS DE CAMAÇARI SALVADOR (CONDOMÍNIOS)

CIDA MEIRELLES

"É importante que os atores envolvidos entendam o motivo pelo qual a EA está sendo realizada, a importância de as atividades estarem inseridas no ambiente (...) além das legislações envolvidas"

Cida Meirelles

Convidada: Maria Aparecida Nascimento de Meirelles (Cida) - bióloga; mestranda em ecologia aplicada a gestão ambiental; consultora ambiental; especialista em gerenciamento ambiental; atuação em licenciamento ambiental e Educação Ambiental.

Título da experiência: atividades de Educação Ambiental nos ambientes não formais (empresas e condomínios).

Realização: empresa Labarup, Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

Localização da experiência:

- **Município de Salvador** - condomínio Morada dos Cardeais, condomínio Porto Trapiche Residence, edifício Mansão Wildberger e Mansão Moreira Lima e as empresas JPS Carroceria, Aço Motriz e Insetilar.
- **Município de Camaçari** - empresa Central Plásticos Abrantes.

Início: 2019.

Público envolvido: empresas, condomínios, funcionários, comunidades, moradores.

Responsável pelo planejamento/execução e facilitação da experiência: Maria Aparecida Nascimento de Meirelles.

Temática abordada: inserção da temática de Educação Ambiental no licenciamento ambiental.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Camaçari e Salvador (condomínios)

As experiências relatadas em condomínios de Salvador e na empresa têm como foco **a inserção da Educação Ambiental no licenciamento ambiental,** onde o público atendido participa da ação por meio de diálogo participativo e troca de conhecimentos, fazendo com que os mesmos possam se sentir pertencentes na conservação da natureza e fiscalizadores ambientais.

A ação é realizada pela **construção de estratégias e materiais educativos** como produção de cartazes, oficinas, dinâmicas, construção de recursos audiovisuais, fazendo com que os públicos participantes possam entender o porquê da Educação Ambiental.

É importante frisar que as ações de Educação Ambiental nos respectivos locais citados estão pautadas em portarias emitidas pelos órgãos municipais ou estaduais e deverão estar presentes de forma articulada em todos os espaços, seja formal ou não formal, inserindo, nos processos de licenciamento ambiental, como Programa de Educação Ambiental que deverá ser executado pelos empreendedores, promovendo a sensibilização dos atores sociais envolvidos e visando a **ressignificação de valores e atitudes, de forma a pensar na adoção de ações direcionadas para promover o desenvolvimento sustentável**.

Durante todo o programa, é importante que os atores envolvidos entendam o motivo pelo qual a Educação Ambiental vem sendo executada, a importância de as atividades estarem inseridas no ambiente e o motivo do condomínio e empresas terem que executá-las, além das legislações envolvidas nos programas.

A Educação Ambiental nos condomínios está baseada nas condicionantes, sendo que as condicionantes estão interligadas com outros programas ambientais como Programa de Monitoramento da Biota Aquática; Programa de Monitoramento da Qualidade da Água; Programa de Resíduos Sólidos e Programa de Educação Ambiental – PEA, sendo que o PEA deverá estar articulado com todos os programas, e que os funcionários entendam, a partir da Educação Ambiental, qual o objetivo e finalidade de cada programa.

FOTO: ACERVO DO PROJETO

Condomínio Morada dos Cardeais – Salvador. Atividade de Educação Ambiental com o tema: Meio Ambiente e Licenciamento; com a utilização de material expositivo e dinâmica da teia - set/2019

No município de Camaçari, a experiência foi realizada na Empresa Central Plásticos Abrantes, que trabalha com reciclagem de plástico e a Educação Ambiental

está relacionada à questão dos processos produtivos.

Segundo a consultora ambiental Cida, existe um diferencial entre as esferas estadual e municipal no que tange a condicionante de Educação Ambiental.

FOTO: ACERVO DO PROJETO

Empresa Central de Plásticos Abrantes – Camaçari. Atividade de Educação Ambiental com o tema: Meio Ambiente e Licenciamento; com a utilização de dinâmica e material expositivo; nov/2019

No município, a licença diz que a apresentação do Programa de Educação Ambiental deve ser entregue, executado e elaborado somente quando for ter a renovação da licença ambiental. A licença estadual coloca que as condicionantes ambientais devem ser entregues todo ano.

No ambiente empresarial, a Educação Ambiental procura trabalhar a minimização dos recursos naturais; melhor aproveitamento de água e energia para evitar o desperdício no processo produtivo; questões relacionadas ao relacionamento interpessoal x meio ambiente.

Como conclusão do relato nos dois municípios citados, foi respondido sobre de que forma é vivenciado o fazer educativo. É vivenciado no planejamento de ações direcionadas para funcionários e comunidades, onde a educação seja um processo de transformação e ressignificação de valores e atitudes, trazendo avanços para a Educação Ambiental por meio de ações em que os atores sejam inseridos nos processos educativos.

CONTATOS
aparecidameirelles@hotmail.com

PRIMEIRA *LIVE*

COMENTÁRIOS E ENCERRAMENTO

LILITE CINTRA

"Um olhar para dentro de nós, buscando resgatar o otimismo que existe para dialogar com o otimismo do outro (...) um outro que envolve todos os seres e elementos do Planeta"

Lilite Cintra, mediadora

São tantas boas experiências educativas que acontecem no TMS. O fazer educativo precisa ser cultivado, neste momento difícil que estamos vivendo, quando muitos de nós estão tateando nas novas tecnologias de comunicação, **buscando outras formas de trabalhar no modo virtual, tão desafiador!** São muitos e diferentes contextos e realidades temáticas em que se trabalha a EA.

Todas as palavras propostas pela música inicial (poesia, sabedoria, rebeldia, teimosia, tirania e utopia) dão-nos a ideia de como **as palavras são poderosas**. Se a gente capta as palavras essenciais e discute cada uma com propriedade, de forma consistente, elas podem trazer transformações, como ensina Paulo Freire. E a gente vê palavras destacadas nas **apresentações em *power point*, nas fotos, nas tarjetas das atividades.** Há palavras que, analisadas e registradas, ficam na memória e podem estimular as mudanças locais necessárias.

O fazer educativo transita por muitos temas, como foi visto pelas apresentações das convidadas: corais, ambientes costeiros, bioinvasão; formação de atitudes de professores e alunos; trabalho na administração de condomínios, construção de *pier* (cais) particular, licenciamento ambiental. Este último deve abordar sempre os impactos degradantes que o empreendimento em questão causa no local, para que haja aprofundamento nas discussões das comunidades.

Como ressaltou a convidada Karina, a educação passa pelo que ela chamou de **Afeto,** assim como o cientista e pesquisador Antônio Nobre, reconhecido internacionalmente como especialista na Amazônia, que fala do **Amor**; ele comenta que qualquer atividade, por mais científica que seja, precisa ter um componente de interesse, de **curiosidade**, de **amorosidade** para que se possa estimular a relação com o outro, que nem sempre é só humano, é um outro ser vivo inserido na nossa mega biodiversidade, ou elementos naturais.

As convidadas também falaram da **importância do diálogo.** Escutar realmente, estar atento ao que se está ouvindo. Como também diz a psicóloga e psicanalista Margarida Serrão, é sair do seu lugar, é trocar os seus olhos com os olhos do outro; para que se possa ver com os olhos do outro e ele possa ver com os nossos. Portanto, educar passa pelo amor e pela curiosidade de querer transformar com muito diálogo.

Foi possível identificar, nas experiências educativas apresentadas, diversos aspectos que estão em consonância com o que trazem os nossos instrumentos de EA, os nacionais e os da Bahia. Eles vão citados no Capítulo III – Outras Palavras, item "Instrumentos que embasam a EA: o que pode ajudar?"(pág.88) deste documento.

Respondendo às perguntas do *chat*, a expositora Adriana ainda informa que o Projeto Maré Cheia contempla ensino formal. Ele parte de conflitos socioambientais locais: resíduos sólidos, pesca artesanal, recifes, manguezal, especulação imobiliária, discussão da ponte Salvador-Itaparica e suas consequências do ponto de vista socioambiental. **É uma estratégia para auxiliar crianças e jovens a ampliar a consciência** no enfrentamento dessas discussões.

Ao responder comentários e perguntas, a expositora Karina acrescenta que, apesar de trabalhar no âmbito escolar, o **Projeto Maré Cheia abraça jovens fora da escola,** mesmo que não estejam em idade escolar. Hoje, são 6 jovens contratados, a partir dos cursos do Maré Cheia: 5 mergulhadores científicos, 1 condutor ambiental. **Esses jovens retornam o conhecimento adquirido para a própria comunidade.**

No final, Cida, a expositora que abordou duas experiências (Camaçari e Salvador), complementa que as atividades são desenvolvidas nas empresas, nos condomínios e nas comunidades do entorno dos empreendimentos. As ações são executadas de acordo com o contexto das comunidades.

Já foram feitas, por exemplo, atividades de sensibilização para melhor acondicionamento do lixo para evitar contaminação; ações do condomínio com doação de cestas básicas, brinquedos; uma igreja local já forneceu cursos para a comunidade com colaboração do condomínio. Afirma, também, que não é tarefa fácil, porque se sabe que são vários problemas socioambientais. Há busca de articulação com outras instituições e órgãos. Nos condomínios, têm alguns moradores que se engajam. Ao final, afirma: **"EA está viva, é extremamente importante e é um ato de amor.** Sou apaixonada" (Cida).

Vale destacar alguns comentários do *chat* que reforçam uma **EA diversa em todos os espaços:** na escola, na casa, com amigos, no trabalho, na gestão pública; é formal e não formal; é EA para a coletividade. Às vezes, as atividades são desencadeadas a partir de condicionantes advindas da instalação de algum empreendimento.

Enfrentamos muitas dificuldades nos nossos territórios com tantas desigualdades sociais e comunidades bastante vulneráveis. EA está para o enfrentamento dessas questões e para conseguir promover transformações que diminuam essas desigualdades, que nos permitam sair da crise planetária. Quanto mais conseguirmos diminuir a distância entre as diversas comunidades é ponto para a EA.

Um olhar para dentro de nós, buscando resgatar o restinho de otimismo que ainda existe, para dialogar com o otimismo do outro, criando assim a bola de neve de otimismo, uma luz no fim do túnel. **Um ato de Amor, que nos permite continuar.**

Para finalizar a *live,* foi apresentado o"Vídeo Fechamento Cordel da Educação Ambiental" (link: encurtador.com.br/htvH6) com um trecho do cordel sobre a PEEA-BA – Política Estadual de Educação Ambiental – Bahia (Lei nº 12.056/2011), elaborado por Fátima Araújo e interpretado por Gecivaldo Mota, Silvana Canário e Zanna Matos que, assim, presentearam o público com um cartão de visitas sobre a lei.

E para acompanhar o espírito da metodologia freiriana, que usava palavras chaves para alfabetizar, e também da música que deu o tom à *live*, com palavras potentes: **poesia, sabedoria, rebeldia, teimosia, tirania e utopia**, cada participante da roda de conversa ofereceu a sua palavra para avaliação da atividade. Foram elas: **transformação** (Cida), **alimentar** (Adriana), **respeito** (Karina) e **amor ao outro** (Lilite), um outro que envolve todos os seres e elementos do planeta.

SEGUNDA *LIVE* - DIA 29 DE ABRIL DE 2021

"Quando a gente fala sobre racismo estrutural, é sobre entender que o racismo faz parte da estrutura da sociedade brasileira, assim como o capitalismo, o sexismo. Isso significa entender a nossa construção enquanto nação; somos um país que nunca aboliu a escravidão"

(filósofa e escritora Djamila Ribeiro; Carta Capital de 12/01/2020)

Entrevista para Carta Capital 12/01/2020, sobre seu livro "Pequeno Manual Antirracista"- Cia das Letras/2019

ABERTURA

Essa é a segunda live *do Pré-X Fórum Brasileiro de EA – BA. Foi iniciada com a música "Asas" da artista e cantora soteropolitana Luedji Luna, que fala sobre o movimento do vento na natureza e pode acalmar os corações neste momento:*

"Vento vem me trazer boas novas
Que sempre esperei ouvir
Vento vem me contar os segredos
Da chuva, raio e trovão"
(Luedji Luna)

Para a contagem regressiva do início das apresentações, foram postadas fotos de diversos locais da Bahia com chamadas especiais:

- *Ajude a preservar nossa biodiversidade*
- *Salve o berço das nossas águas – O Cerrado*
- *A Caatinga também quer sua atenção/Umbuzeiro, árvore símbolo da Bahia*
- *A Chapada Diamantina precisa de atenção*
- *Pela nossa zona costeira e marinha*
- *Em defesa das comunidades tradicionais*
- *Em favor da criação de novas Unidades de Conservação*
- *Em defesa dos Planos de Bacias Hidrográficas*
- *Ajude a proteger nossa Restinga*
- *Áreas verdes urbanas importam*
- *Não deixe o Velho Chico morrer*

A mediadora é integrante da Reaba e educadora ambiental, há mais de 18 anos, via Coletivo Jovem do Meio Ambiente da Bahia.

O evento é uma realização da Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia – que trilha sua história desde a Rio-92 e tem o apoio técnico da Sema – Secretaria do Meio Ambiente e do Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia.

Antes de iniciar a atividade, é importante ressaltar que a Reaba está solidária com os familiares e amigos de todos e todas que foram vítimas da pandemia da covid-19 e com todo o povo brasileiro que passa por dificuldades geradas por este momento, e outras mais, devido ao descaso do governo federal.

A seguir foram apresentados trechos da Introdução do documento base sobre a "Metodologia do Pré-Fórum de Educação Ambiental da Bahia" (link na página 91). *Em tempos de pandemia, chega-se à conclusão de que é preciso*

> *"...reavaliar a vida, reprogramar rumos, revisar planos, realimentar sonhos... mais uma vez voltamos nosso olhar para a educação como uma ponte (ou pilar) de uma nova relação humana com os demais seres (...) e nos confrontamos com o resgate ou um repensar da Educação Ambiental (EA)".*

A Educação Ambiental da qual se fala,

> *"... é uma forma de viver e analisar as situações cara a cara! Olho no olho! Lei por lei! É assim que constatamos a sua real importância – ao propor um olhar para o mundo de maneira integrada, sem filtros pasteurizados, sem glamour excessivo. A EA busca soluções individuais e coletivas que tornem mais digna a vida de todos os seres, de forma construtiva e solidária!"*
>
> *(...) Para que essa Educação Ambiental – que está na crista das "lives" e de tudo que se vê e se escuta por aí – saia das diversas telas e possa morar nos corações das pessoas e povoar suas relações reais e concretas, as Redes de Educação Ambiental dos diversos estados brasileiros (que se articularam a partir da ECO-92 em torno da Rede Brasileira de Educação Ambiental – Rebea), resolveram usar esses canais virtuais para discutir ideias, sonhos, possibilidades e políticas públicas que apontem formas de enfrentamento dessa crise*

civilizatória que vivemos e que gerou a atual pandemia em 2020 – falamos de uma situação sem precedentes, caracterizada pela conjugação de várias crises."

A Reaba não trabalha com achismos, acredita na Ciência, na educação popular e trabalha em cima das políticas públicas que vem lutando para construir e implementar ao longo de sua história.

> *"Assim, o presente esforço (da Reaba) para realizar Fóruns e Pré-Fóruns visa agregar diferentes atores/atrizes que compartilharão suas experiências de transformação dentro de um dado território" (no caso, o Território Metropolitano de Salvador). Busca-se uma mudança de realidade individual e coletiva (de verdade!). Acreditamos em uma Educação Ambiental capaz de estimular a discussão, a criação e o fortalecimento de políticas públicas em nossos territórios. Nós realmente acreditamos que os coletivos possuem a força necessária para essa retomada das ações".*

Em nome da Reaba, os ouvintes foram convidados a se juntarem ao grupo, para fazer parte da Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia e, quem sabe, até da rede nacional (Rebea).

Para situar as pessoas, também foi informado que a live *faz parte do Pré-Fórum EA-BA, uma preparação para o X FBEA (X Fórum Brasileiro de EA); foi feita referência sobre o grupo de trabalho que organizou o evento, GT-TMS (Território Metropolitano de Salvador) e ainda foram passadas informações básicas sobre o TMS. Essas informações estão descritas, mais detalhadamente, no Capítulo I deste documento: "O Texto e seu Contexto – Suporte para a Educação Ambiental" (página de 11 a 17).*

MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

DONANA SILVA

"Quando se tira um território do quilombola, tira a sua própria identidade. O território é a alma do quilombola, é território ancestral, histórico e geográfico, onde suas almas aí estão"

Donana Silva

Convidada: Ana Lúcia dos Santos Silva (Donana) é educadora popular, mãe espiritual do Quilombo Quingoma.

Título da experiência: Quilombo Quingoma, articulação já!

Início/término: o Quilombo Quingoma começou em 1569 e continua resistindo.

Público envolvido: para toda a sociedade civil, para o mundo.

Responsáveis pelo planejamento/execução: todos os quilombolas envolvidos, as pessoas que vivem nesse quilombo, que defendem o quilombo.

Temática abordada: território quilombola, racismo ambiental, desmatamento, importância da história e da cultura do Quilombo Quingoma, resistência.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Lauro de Freitas

O povo tem origem bantu, do tronco linguístico dos povos capturados na Costa Leste e trazido nos três primeiros navios negreiros aqui para o Brasil, no início da colonização, depois da invasão portuguesa e espanhola.

No território Quingoma, todos vêm lutando para defender as matas, o aquífero, defender a cultura; sempre viveram do extrativismo. Hoje, enfrentam uma questão muito difícil que é a redução do território de 1.284 hectares para 234 hectares, devido à especulação imobiliária que vem assolando nossos rios. Não há políticas públicas em nosso território, não tem Educação Ambiental voltada para a educação quilombola.

A comunidade vem passando por uma sucessão de violências, racismo ambiental, além da pandemia, que a deixou totalmente à mercê. As crianças da comunidade não têm acesso à internet, por isso as aulas não funcionam no quilombo, como também para a maioria das crianças de escola pública. Quando voltar às aulas, se não houver vacinação, as crianças vão estar expostas à pandemia, à contaminação.

O que é mais precioso para a comunidade e o território está sendo usurpado de maneira violenta; a mata, a fauna e a flora vêm sendo devastadas de maneira terrível. Ultimamente, ocorreram muitas queimadas, derrubadas de matas, aterramento de rio para dar acesso para famílias ricas que estão construindo casas nas margens dos rios sem fiscalização.

Juntamente com Rejane, pedagoga do território, uma das guerreiras, **luta-se por uma educação quilombola na comunidade. Os diversos projetos ambientais apresentados para a Educação do município de Lauro de Freitas tratam de colocar que a comunidade é um povo de cultura, que as crianças precisam conhecer a sua identidade, aprender a se valorizar, se amar, se respeitar como quilombola enquanto pessoas capazes, lindas, aprendendo a valorizar sua cultura, o seu canto, a sua dança, sua história.** No entanto, a comunidade vê uma perda muito grande ao olhar, ao perceber que nem a comunidade, e tantas outras, estão sendo respeitadas dentro do seu direito, um direito que está na Constituição.

Quando se tira um território do quilombola, tira a sua própria identidade. O território é a alma do quilombola, é território ancestral, histórico e geográfico, onde suas almas estão. Reafirma o direito de estar e ir aonde quiserem, de ser e ter a profissão que quiserem e o direito ao território digno, um território com árvores, com água, com sustentabilidade. A comunidade não pode aceitar que um território seja área de interesse da especulação imobiliária, que o governo do estado não dê a devida atenção ao território.

Recentemente, aconteceu um embate com grupos querendo ocupar a área da mata para plantio de bananeiras, uma área preservada no entorno do Quilombo.

É preciso compreender a importância da preservação das áreas de Mata Atlântica e das sucessivas agressões à mata, supressão da Mata Atlântica, mortandade de animais, racismo ambiental e todo tipo de violência sofrida no Quilombo Quingoma. São muitos os boletins de ocorrência na 27ª Delegacia e em outras instâncias, mas cada dia a comunidade está sujeita a ser despejada e a medidas de reintegração de posse.

Há ações de desapropriação por causa de uma estrada, (os moradores) estão sujeitos a perder uma área muito bonita da associação para a construção de uma alça de acesso à Via Metropolitana. Mesmo com a entrega de uma lista de reivindicações: uso de pisos intertravados em lugar de asfalto; escola e creche como contrapartida, houve a negativa. Depois, voltam com a mesma proposta de construção da alça que vai soterrar uma nascente importante, causar transtorno na comunidade, aumentar terrivelmente o fluxo de trânsito, colocando as crianças, idosos e os animais em risco. Eles calculam e planejam sem a presença da comunidade e querem aceitação, que se engula tudo o que eles decidem.

O governo do estado tem que saber que somos uma comunidade tradicional e entender que as comunidades tradicionais têm que ser respeitadas. Quando chegam, querem atropelar, tirar direitos, matar mananciais, poluir os rios e os mares. Em um lugar onde tem sustentabilidade, fazem questão de destruir, matar o meio ambiente, que é o meio de sustentabilidade maior do quilombola, que pode viver sem ser de esmola.

Necessário reafirmar a cultura do quilombo, um ambiente rico, muito bonito, preservado até hoje, para não viver de "cuia na mão", pedindo esmola a ninguém. Isso garante a capacidade da comunidade autossustentar-se, cuidar da educação de acordo com a própria cultura. Não uma educação colonialista, não uma educação que demonstre que são escravos, foram escravizados. É um povo livre, descendente de reis e rainhas e que merece respeito da sociedade.

A solicitação é para que haja uma campanha em nível nacional sobre a história e a cultura do Quilombo Quingoma, que o tire dessa invisibilidade, que possa garantir o território justo e digno para seus filhos, para as gerações futuras. Deixar e ter sempre esse legado para a sociedade conhecer um povo que resistiu desde 1569 e ainda resiste, lutando por um meio ambiente sustentável e de qualidade, alimentação saudável, alimentos sem agrotóxicos e sem desmatar para fazer agronegócio.

O que se quer é a autossustentabilidade, oferecer para as pessoas ambientes sadios, uma escola de Educação Ambiental verídica, verdadeira, que mostre meio ambiente, nascentes e rios preservados, limpos, e que esses rios possam permanecer límpidos e não como estão aí, sendo aterrados, fazendo com que as pessoas percam qualidade de vida. É uma forma de a gente dizer que a titulação da comunidade é a luta para garantir o território Quilombo Quingoma, que permaneça, porque é um legado importante para gerações futuras. A História do Brasil, a História da Bahia estão no município de Lauro de Freitas, devem ser abraçadas por todos.

CONTATOS

janerp21@hotmail.com (Rejane Rodrigues) benjamimsacramento@2016gmail.com (Gabriela)

MUNICÍPIO DE SALVADOR (ILHA DE MARÉ, BTS*)

ELIETE PARAGUASSU

"A luta é na defesa do bem-viver, das águas, dos manguezais; é para dizer que essas comunidades (quilombolas) existem e querem permanecer no seu território, com seu modo de vida, que é produtivo, saudável e que alimenta muito bem. É uma luta muito justa, que combate as injustiças que essas pessoas sofrem nos corpos e no território, que é de tamanha perversidade!"

Eliete Paraguassu

Convidada: Eliete Paraguassu da Conceição é marisqueira, conhecedora das águas, quilombola, assessora parlamentar do Mandato Pretas por Salvador.

Título da experiência: *Toxic Tour* é uma experiência de visitação à Baía de Todos-os-Santos (BTS), em um passeio de barco.

Realização: pescadores da Ilha de Maré.

Início/término: atividade realizada em 2018.

Público envolvido: integrantes da sociedade civil organizada, acadêmicos, pesquisadores, advogados, quilombolas, pescadores, toda a sociedade.

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: quilombolas e pescadoras da Ilha de Maré.

Temática abordada: degradação da BTS – Baía de Todos-os-Santos –, poluição industrial, racismo ambiental, institucional e educacional.

**BTS – Baía de Todos-os-Santos – envolve os municípios: (1) Território Metropolitano de Salvador: Madre de Deus, Candeias, Itaparica, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Simões Filho; (2) Território do Recôncavo: Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, São Félix e Saubara*

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Salvador - Ilha de Maré e BTS

A Ilha de Maré é o bairro mais negro de Salvador. Um território negro ameaçado pelos maiores complexos industriais do estado da Bahia. Fica no coração da BTS - Baía de Todos-os-Santos, que é um dos encantos da Bahia. Uma Bahia que é referência mundial e que é cantada por muitos compositores. A BTS é um fenômeno único no Brasil. Infelizmente está sendo ameaçada por esse modelo de desenvolvimento. A BTS, a Baía de Aratu e a Baía de Iguape são especiais na vida dos pescadores, mas sofrem muitos ataques

As comunidades estão enfrentando mais uma ameaça: a ponte Salvador-Itaparica. Uma tragédia anunciada. O governo do estado não fala dos impactos sociais, morais, culturais e financeiros na vida da sociedade pesqueira. Salvador tem em torno de 41 mil pescadores, o que significa dizer que a pesca tem uma potência incomparável. E a Bahia não tem uma política específica sobre a pesca artesanal.

Na eleição de 2020, um dos temas da campanha do Mandato das Pretas por Salvador foi o racismo ambiental, que as comunidades da BTS também sofrem (como Donana apresentou). **A experiência educativa do *Toxic Tour* é uma ideia das pescadoras da Ilha de Maré, para dar visibilidade a esse racismo ambiental na BTS**. A escolha do Fórum Mundial Social-FMS (2018), em Salvador/BA, foi um momento importante para fazer essa denúncia, aproveitando a presença das pessoas na BTS para fazer essa visita marítima, percorrendo as entranhas da baía, que está favorecendo o crime ambiental causado por esse modelo de desenvolvimento.

A visita saiu de São Tomé de Paripe (bairro de Salvador) de barco para divulgar a luta em defesa das comunidades, mas também para fazer a denúncia do racismo ambiental sobre os corpos das pessoas da Ilha de Maré e entorno.

Os pescadores tiveram a ideia e o apoio de parcerias de setores variados: de universidades, das organizações da sociedade civil (Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia, AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, CPT – Comissão Pastoral da Terra), de biólogos, sociólogos, médicos; essa é uma questão da vida das pessoas da Ilha de Maré, que estão morrendo sem dignidade por causa da contaminação pesada nos corpos.

Foi a tentativa de juntar cabeças pensantes para denunciar um processo constante. A partir dessa ação, foi possível criar o Comitê em Defesa da BTS. Naquele momento, estava em Salvador o professor Boaventura de Souza Santos (sociólogo português, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, um dos pensadores mais importantes da atualidade). Foi possível discutir como fazer uma denúncia que guardasse a vida das lideranças.

A comunidade negra vive ameaçada. Temos um governo que não nos enxerga como sujeitos de direitos. Mas somos a população que construiu a Bahia. O que seria da Bahia sem as comunidades tradicionais? O que seria do Brasil sem elas? O que seria

das feiras livres sem aipim, banana, inhame, pescado? São produtores de alimento. A população negra produz e precisa ser respeitada.

A luta é na defesa do bem viver, das águas, dos manguezais; é para dizer que essas comunidades existem e querem permanecer no seu território, com seu modo de vida, que é produtivo, saudável e que alimenta muito bem. É uma luta muito justa, que combate as injustiças que essas pessoas sofrem nos corpos e no território, que é de tamanha perversidade!

A visita da *Toxic Tour* na Baía de Aratu, mostrando os empreendimentos que ameaçam as comunidades, mas também mostra o potencial que existe nas comunidades pesqueiras. Mostra o manguezal, a feira livre, o samba de roda, a venda de acarajé, pescados e outros quitutes. Mostra tudo isso para dizer como essas comunidades são ricas e têm um jeito simples e saudável de viver. Elas têm uma relação muito profunda com a natureza e as águas que não se pode perder de vista.

Por tudo isso é que se faz essa luta e por isso que mulheres negras são ameaçadas de morte, porque fazem a defesa do meio ambiente, de uma vida digna, de uma relação humana que se encontra entre as pessoas do território: relação de dar, de emprestar, de acolher, de pensar na coletividade. Isso não se encontra na cidade. Não se quer disputar a cidade, mas ficar no próprio território.

A *Toxic Tour* é um retrato que se quis mostrar para o Brasil e o mundo, do racismo ambiental, da violação de direitos no território dessas comunidades. Mostrar que essas empresas que estão aqui, e são de outros países, dizem que trabalham junto às populações com diálogo. Mas é preciso dizer que não há diálogo entre o governo do estado e as comunidades. Quando o diálogo chega é para convencer as comunidades que elas são atrasadas e vivem como os homens das cavernas, em extrema pobreza. Na verdade, passam a viver a pobreza quando esses territórios são liberados para esses tipos de empreendimento.

Essas comunidades são ricas, o que as empobrecem é a falta de política pública, a invasão das terras pelo governo do estado, o mesmo que nada de braçada com essas empresas estrangeiras, que são amigas do governo e muitas vezes têm laços familiares. As comunidades por onde passa esse tipo de desenvolvimento viram terra arrasada.

Acontecem processos similares em outros lugares do Brasil:

- Baía da Guanabara (RJ): está morta, porque o desenvolvimento chegou a todo custo, passou por cima de tudo e de todos
- Baía de Suape (PE): está sendo devastada para dar lugar a empreendimentos, a portos, polos navais
- Baía de Maragogipe (BA): vira terra arrasada depois que chega o estaleiro naval[1]
- Porto do Pecém (CE): a mesma situação de racismo ambiental ocorre nesse porto.

1. Documentário sobre a comunidade da Baía de Maragojipe "QUILOMBO DA BOCA DO RIO"

Em vários locais que têm populações de pretos e pretas, marisqueiros, indígenas, encontramos o racismo ambiental, alimentar, institucional e o racismo na educação, porque, nesses territórios, as políticas públicas não chegam como deveriam chegar. E quando chegam, é para ter guerra entre as empresas e as comunidades que ali vivem. E quando chegam, é para dividir (escolas, postos de saúde) com a grande quantidade de homens que vão para trabalhar nos empreendimentos. É a barbárie que se vive no Brasil e na Bahia, que não é falada, discutida, não é visibilizada, porque o Estado nega, esconde.

Realizar a *Toxic Tour* é trazer pessoas como o Boaventura de Souza Santos e outros atores para mostrar o que acontece na BTS e para pensar como defender essa outra Bahia que é interessante. Foi feito um documentário sobre a situação: "Assassino invisível/lixo industrial na Ilha de Maré chega a níveis mortais" (link: encurtador.com.br/cqrKV).

A luta é muito desigual. São mulheres e homens negros adoecidos por esse processo de desenvolvimento e os complexos industriais da Bahia. Ilha de Maré tem contaminação por metais pesados. Muitas crianças e jovens têm chumbo, cádmio e mercúrio no sangue, a partir desses empreendimentos. Ilha de Maré vive a zona de sacrifício do estado. As ilhas de Maré, dos Frades e de Bom Jesus são as mais próximas dos maiores complexos industriais da baía: Porto de Madre de Deus, do Complexo Industrial de Candeias, de Camaçari, Porto de Aratu, até o cais do Comércio. A BTS ainda recebe todo o esgoto sanitário da baía. A ponte Salvador-Itaparica é mais uma tragédia que vai remexer com os sedimentos adormecidos no fundo do mar. Tudo acontece sem se discutir com a população. **Somos signatários da Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais e isso não é discutido.**

Dói quando se encontra as mulheres destruídas. Toda a diversidade que a Bahia tem é massacrada e se nega o direito do bem-viver. Muitas lideranças das comunidades quilombolas foram extremamente ameaçadas. Há mulheres que desistem da luta.

É doloroso saber que, em 2018, o país que mais matou líderes defensores do meio ambiente é o Brasil. É um desgoverno ter um ministro (Ricardo Salles) que diz que vai aproveitar a pandemia, a dor das pessoas, para "passar a boiada".

São muitas questões que precisam ser encaradas por essas comunidades, mas é necessário escolher aquelas prioritárias e que se pode levar até o fim.

Nos últimos dois anos, a comunidade de Lauro de Freitas (de Donana, pág. 39) foi atacada quase diariamente. São ataques sorrateiros, covardes. Aproveitam a noite de descanso e atacam. São pessoas que lutam com armas de fogo contra uma comunidade quilombola, cujas armas são: a cultura, o acolhimento, a partilha do que tem.

É tamanha a perversidade! A luta desigual mata as comunidades não só com tiro. É uma guerra silenciosa contra um monstro invisível que é a poluição química, que

não tem como identificar e bater, não se pode dar murro, mas se sente.

Infelizmente, as redes de comunicação são deles. As comunidades agarram-se às redes de parceiros que se solidarizam, mas é preciso encarar o medo, porque o que se vive é uma guerra desigual.

Quando existe um espaço de escuta, além de compartilhar a experiência, compartilha-se também a dor, para não enlouquecer; divide-se o que se vive para não adoecer.

Profunda dor e tristeza que, em 2021, ainda se viva todo esse tipo de violação para construir uma ponte ou um *pier* (cais) que destrói manguezais e transporta produtos químicos para outros países.

Não se vê o Estado ficar do lado das comunidades quilombolas, que se alimentam desse mangue, que vai alimentar sua família, que gera renda. Acontece na Ilha de Maré como foi na Baía de Aratu. O Estado fica de braços dados com as empresas e não com as pessoas que defendem seu espaço; que também é espaço sagrado, de relação entre as comunidades e o ambiente. Espaços que as comunidades protegem há 520 anos e vai continuar fazendo isso, defendendo os seus territórios e seus corpos. É uma defesa da vida contra a ganância que tem matado o povo brasileiro.

Apresentação de documentário: são cenas da experiência socioeducativa Toxic Tour no documentário citado: "Assassino invisível/lixo industrial na Ilha de Maré chega a níveis mortais" (link: encurtador.com.br/gBOXY). Mostra cenas do passeio de barco realizado com o grupo de visitantes e alguns depoimentos das pessoas que conduziam a visita que percorreu a BTS.

CONTATOS
paraguassu.mpp@gmail.com zezepacheco73@gmail.com

MUNICÍPIO DE POJUCA

ELLEN JESUS

"Pensando na elaboração de projetos sobre como fazer para abranger o maior número de pessoas, atingir a população, o ponto de partida deve ser dentro da própria gestão (pública), observando como está a mentalidade, a cabeça dessas pessoas. Então, a gestão implementou um projeto junto aos funcionários, além dos outros com as comunidades"

Ellen Jesus

Convidada: Ellen Laís Silva de Jesus é engenheira ambiental, especialista em gerenciamento de projetos ambientais. Gerente de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Pojuca desde 2017. Além da Educação Ambiental, trabalha na gestão ambiental, resíduos sólidos, fiscalização ambiental e ainda na área de uso e ocupação do solo.

Título da experiência: o desafio da gestão municipal na implementação de ações de educação ambiental envolvendo os munícipes. Projetos: (1) Não jogue lixo, plante flor; (2) Arborização urbana; (3) Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; e (4) Hortas nas Escolas

Realização: Gerência de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Pojuca – BA

Início/término: no ano de 2017. Suspenso devido à pandemia.

Público envolvido: todos os munícipes e os funcionários da administração pública.

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: a Gerência de Meio Ambiente. "Não temos uma equipe muito grande, mas a gente tenta fazer o que pode com o que tem".

Temática abordada: resíduos sólidos, coleta de lixo, plantio, arborização, iniciativas voltadas para a sustentabilidade na gestão pública, implantação de hortas.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO - Pojuca

Por que é um desafio a gestão municipal implantar a EA envolvendo os munícipes? O município não é grande, tem cerca de 40 mil habitantes, e a Educação Ambiental é para todos. Acredita-se que precisa abarcar todo mundo. **Pensando na elaboração de projetos, sobre como fazer para abranger o maior número de pessoas, atingir a população, o ponto de partida deve ser dentro da própria gestão, observando como está a mentalidade, a cabeça dessas pessoas.** Então, a gestão implementou também um projeto junto aos funcionários, além dos outros com as comunidades. São apresentados 4 (quatro) projetos desenvolvidos:

1. PROJETO: NÃO JOGUE LIXO, PLANTE FLOR!

Esse projeto foi excelente, porque tínhamos muitos problemas com destinação irregular de resíduos, que são os pontos de lixo, onde antigamente tinham aqueles contêineres. As pessoas não depositavam o lixo, acabavam colocando nas laterais, entulho, sofá, virando um depósito de lixo no centro do município.

Foi realizado um levantamento, mapeou-se todos os pontos, identificou-se mais de 40 pontos. As figuras 1 e 2 ilustram um dos pontos: como era e o que foi feito.

Na figura 1, o local estava um lamaçal, o que acaba sendo vetor de doenças para as próprias pessoas do entorno. Não estava dando jeito. O que pensaram? Qual foi a medida adotada? Como poderia fazer para a população parar de colocar os resíduos em local indevido?

Primeira medida foi retirar os contêineres de todo o município, porque cada pessoa pode colocar o lixo no horário, na porta de sua casa, uma vez que o município é todo coberto por coleta. A coleta acontece todos os dias, têm lugares onde passa duas vezes ao dia. Então, após a retirada dos contêineres de lixo e dos resíduos, passou-se a plantar mudas no local (figura 2).

FOTOS: ACERVO DO PROJETO

Fig.1 - Antes, com lixo. Pojuca/2017

Fig. 2 - Depois, sem lixo. Pojuca/2017

A partir daí, as pessoas ficaram intimidadas de destinar lixo naquele local. Foi o que deu muito certo. Eram 40 pontos e logo de imediato se conseguiu sanar. Hoje, existem alguns pontos persistentes, nos quais realizamos trabalho de corpo a corpo, onde os estagiários vão conversar com os moradores das residências do entorno, informando da importância de não jogar lixo em local inadequado. **É um trabalho que tem que ter constância, senão voltam a jogar o lixo na rua.** Então, esse projeto é muito legal! Até hoje está em prática.

Quando vai começar um ponto, a gestão identifica o determinado local que as pessoas começam a destinar resíduo de forma irregular, é dada a manutenção na área e plantio. Isso inibe. Muitas pessoas da comunidade começaram a tomar gosto e a arrumar os jardins. O pessoal começou a pedir para plantar. Foi muito legal essa experiência.

2. PROJETO: ARBORIZAÇÃO URBANA

Sobre a arborização urbana, muita gente pode pensar que é muito comum, já existe. **O diferencial no município foi a realização do trabalho em conjunto com alguma instituição ou escola.** A gestão acredita muito no reforço da educação das crianças na parte da Educação Ambiental. Acredita muito naquela frase antiga que diz: "educar as crianças para não precisar punir os adultos".

FOTOS: ACERVO DO PROJETO

Fig. 3 - Plantio de mudas - Associação Pestalozzi, 2017

Em algumas escolas, já existem iniciativas na área ambiental, mas toda vez que é feito plantio no município, a gestão insere um grupo ou uma escola. A Associação Pestalozzi participa muito, seus membros são muito ativos. Tem horta na associação, figura 3. É satisfatório ver os jovens, adolescentes, as crianças participarem desse evento. Há troca de conhecimento com eles, dá muita ideia e é uma maneira de chegar às comunidades ou coletivos.

3. PROJETO: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

Muitas vezes têm projetos voltados para a comunidade. A reflexão é: e para os de 'dentro de casa'? Como é que a prefeitura está educando os funcionários da gestão municipal? Como é que está a mentalidade das pessoas da gestão, dos funcionários da prefeitura? Na busca, conseguiu-se o Programa A3P, que é do governo federal, gratuito, com todo o embasamento, com informações para se cadastrar e para ser executado. **A gestão aderiu ao Programa A3P e algumas ações passaram a ser tomadas no ano de 2019. Pojuca foi o único município baiano que a ele aderiu, e de forma efetiva.** Das iniciativas tomadas na adesão ao programa, temos:

(1) uso dos copos de fibra de coco, comprados e distribuídos aos funcionários, com o objetivo de evitar que usassem copos descartáveis, conforme a figura 4. A economia foi significativa, as pessoas aderiram, mas depois, com o tempo, veio a pandemia e o projeto foi parado. Mas, quando acalmarem as coisas, o Projeto retorna com força.

Fig. 4 - A3P - Copos de fibra de coco (foto: acervo)

(2) foi organizada uma sala de convivência/copa, na secretaria, com o objetivo de acolhimento para os funcionários que moram na zona rural e trabalham aqui na zona urbana. Eles não tinham local para comer, para descansar no horário de almoço. É como se fosse um espaço de convívio para propiciar mais qualidade de vida.

(3) o bicicletário também foi outra adesão ao projeto, estimulando as pessoas a ir trabalhar de bicicleta. O município é uma cidade basicamente plana, bastante suscetível ao uso da bike, estimulando a adesão ao veículo.

A gerência participou duas vezes de cursos disponibilizados pelo Programa A3P, em Salvador. Levou o pessoal do setor de compras públicas, a fim de garantir mais sustentabilidade nas compras. Por exemplo: no início, o *post-it* comprado (para o setor) era de material com qualidade não muito boa. Ao explicar e repassar a informação para as pessoas de outros setores, isso enriquece muito e melhora o resultado das compras públicas. Esse foi outro ponto positivo.

É mais difícil implementar o programa em um município do que em uma instituição menor, por exemplo em uma Câmara dos Vereadores, ou em um prédio do Ministério Público, mas não é impossível, tanto que a gestão concretizou.

É importante que os municípios façam essa adesão, pois a economia de água e energia é muito significativa. **Realizaram-se conversas informativas, palestras, adesivagens educativas ao lado de torneiras, de interruptores de luz etc. A partir daí, é mais fácil "virar a chavinha" da mente das pessoas.** É importante ter um programa desses dentro da gestão pública, e em Pojuca, houve adesão positiva. O município não tem custo, depende só da boa vontade em querer executar.

4- PROJETO: HORTAS NAS ESCOLAS

É apaixonante trabalhar com crianças e adolescentes em se tratando de Educação Ambiental. Esse é um projeto fantástico! **É necessário ter alguém da escola, um professor, que assuma internamente, alguém que faça acontecer, e ajude a distribuir ferramentas, sementes, a dar manutenção, por exemplo.**

FOTO: ACERVO DO PROJETO

Fig. 5 - Horta escolar em zona rural

Na escola, a professora de Geografia ficou responsável em desenvolver com os alunos. Juntos, plantaram, colheram e venderam na comunidade, figura 5. Uma ação muito gratificante, porque além da questão do meio ambiente, também trabalham na criança a questão da economia.

Estimulados, muitas crianças e adolescentes já conversaram com o professor, a partir daí, querendo fazer cursos de Técnico em Agropecuária. Também desperta o interesse de querer fazer no seu quintal, na sua casa, e isso movimenta esses jovens, essas crianças, os pais; alguns, inclusive, colocam-se à disposição, querendo colaborar.

Então, a gestão fecha esse ciclo, passando a mensagem que todos podem aproveitar o espaço, produzir, gerar renda, plantar, colher. Foi um trabalho muito legal. Com a pandemia, há dificuldades por causa do turbilhão que estamos vivendo, mas há pretensão de retomar quanto antes, assim que der.

A figura 5 representa uma turma de uma escola da zona rural, mas todas as escolas aqui têm muito espaço.

A Gerência de Meio Ambiente vai apoiando a escola que demonstrar interesse. O interessante é que eles mesmos façam a mão de obra para aprender a lidar com a terra. Têm mais duas escolas que estão paradas no momento. É um projeto que é uma experiência de sucesso.

A convidada apresentou os quatro projetos considerados pertinentes para o momento. Espera ter colaborado com a *live*, uma iniciativa fantástica. Reflete sobre ficar no próprio contexto, realizando os trabalhos, e não ter um momento de interação entre as experiências de sucesso dos municípios. Hoje, **foram socializados alguns projetos do município de Pojuca e há curiosidade em saber o que está acontecendo nos municípios vizinhos**.

Ao final, a convidada solidariza-se com as questões relatadas por Eliete Paraguassu (palestrante anterior), diz da sensação de "mãos atadas" em determinadas situações, mas acredita em resultados com a união de esforços. E torce pela sua luta, reconhecendo a importância do espaço da *live* para as falas e demandas. Há uma cultura enraizada na falta de cuidado com o meio ambiente, reforçando, Eliete, de que a questão não é de ambientalistas, é de todos.

Em suas palestras, costuma comunicar que **todos somos parte do meio ambiente**. Sem o envolvimento da humanidade, torna-se difícil. Assim como cuidar do irmão, do filho, o mesmo deve acontecer com o meio ambiente. Na ausência dessa visão, ocorre o desequilíbrio. É a falta de desenvolvimento sustentável.

CONTATOS

Palestrante: ellenlais.silva@hotmail.com **Prefeitura de Pojuca:** imprensa@pojuca.ba.gov.br

SEGUNDA *LIVE*

COMENTÁRIOS E ENCERRAMENTO

SILVANA CANÁRIO

racismo ambiental
racismo estrutural
racismo institucional
desmatamento
invasão de territórios
lixo
resistencia das mulheres
cultura quilombola
preservação de territórios
poluição industrial das águas
conflitos
hortas
plantio
arborização

"Planejar tem que ser uma ação coletiva. Não se pode planejar sem a presença da comunidade. A EA propõe que se escute a comunidade, que se trate das questões cruciais dos grupos envolvidos, de forma crítica. Ações de EA se faz com muitas pessoas, coletivamente"

Silvana Canário - Mediadora

Como exemplo de uma iniciativa popular que promove a reflexão cidadã sobre os cuidados com o meio ambiente local, foi apresentado o "Projeto de Lei Escola Verde". Uma ação encabeçada por uma organização da sociedade civil chamada Canteiros Coletivos, para plantio de árvores e retirada do lixo da frente das escolas públicas, que precisa de 100 mil assinaturas para ser encaminhado à Câmara de Vereadores de Salvador. Mais informações podem ser obtidas no site: www.canteiroscoletivos.com.br/leiescolaverde

Após, foram apresentados dois instrumentos internacionais importantes sobre a EA: o Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global e a Carta da Terra (Rio/92). Além de alguns instrumentos nacionais e estaduais que podem embasar as ações, como a própria PEEA-BA – Política Estadual de EA-Bahia – (Lei nº 12.056/2011; decreto de regulamentação em 2019) e o Programa de EA da BA, dentre outros.

Todos esses documentos citados foram construídos coletivamente, passaram pela discussão de muitas pessoas até se tornarem públicos.

Este é o conceito de EA que traz a lei estadual:

> **"...entende-se por Educação Ambiental o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra" (Art.2º);**

Esses e outros instrumentos estão elencados no item 10 do Capítulo III deste documento: "Instrumentos que embasam a EA: o que pode ajudar?" (página 88), com os respectivos *links*.

Se os grupos passassem a vivenciar a EA em todos os momentos da vida, sem romantismos, com certeza conseguiriam construir uma sociedade mais justa e igualitária. E os instrumentos da EA podem contribuir com essa construção. Neles, também temos conteúdos sobre a Educomunicação, conceito que orienta como discutir o compartilhamento das informações, trabalhando de forma crítica a comunicação para a sociedade. Além disso, os instrumentos também abordam a EA na gestão das águas, na gestão das UCs-Unidades de Conservação, no saneamento ambiental, no ensino formal e não formal, nas políticas públicas e no licenciamento ambiental.

A *live* é também uma forma de divulgar os instrumentos da EA e as leis, e contribuir para que essas experiências socioambientais saiam dessa invisibilidade, para que essas experiências, que acontecem diariamente e

que não sabemos, tornem-se visíveis. **A *live* também serve para mostrar que existem outros atores e atrizes que estão trabalhando pautados nos conhecimentos populares e que não se dizem educadores ambientais, mas estão trabalhando essa EA que está proposta nesses documentos**.

As apresentações de Eliete e Donana (Ana Lúcia) são complementares e reafirmam a resistência das comunidades tradicionais em seus territórios para que essas possam existir. Precisa-se tratar da questão cultural com muito respeito e cuidado.

Planejar tem que ser uma ação coletiva. Não se pode planejar sem a presença da comunidade. A EA propõe que se escute a comunidade, que se trate das questões cruciais dos grupos envolvidos de forma crítica. Ações de EA devem ser feitas com muitas pessoas e de forma coletiva.

Para tanto, **as diversas falas na *live* são apelos para que se tornem transparentes as atividades e os impactos ambientais gerados por instalações de empreendimentos em territórios ocupados por comunidades,** a fim de que esses grupos possam escolher se a instalação contribuirá com o desenvolvimento de sua comunidade/região. A exemplo, que os polos industriais discutam com a sociedade a toxidade de seus rejeitos. Ao mesmo tempo, busca-se saber o motivo de Salvador não ter políticas públicas para pesca artesanal e como isso impacta nesses locais tradicionais.

Hoje, vive-se um eterno conflito entre a economia e o meio ambiente; então, até quando a economia será mais importante que as questões ambientais? Até quando a vida, a biodiversidade será menos importante do que a economia? Aqui se fala de vida, não existe planeta "B".

Em geral, os crimes ambientais não são muito veiculados, a própria comunicação não valoriza esse tipo de informação. Não se discute a melhor forma de se comunicar, ou a quem pertencem as redes sociais. A imprensa alternativa tem receio de informar por questões de segurança.

Portanto, como sugestões, **fala-se do fortalecimento dos meios de comunicação popular e alternativos para divulgação de mais notícias que precisam chegar à sociedade, dando visibilidade às diversas questões ocultas como racismo ambiental, racismo educacional, dando visibilidade a uma parcela social que está invisível.**

Também foi apresentada a experiência na gestão municipal: como trabalhar o lixo, o planejamento, as compras institucionais; como implantar hortas, como devolver para os estudantes a importância da experiência no campo

Na fase das perguntas e comentários finais entre as palestrantes, foi ressaltada a frequente falta de apoio do poder público na proteção do território quilombola,

permitindo a instalação de lixões, cemitérios, empreendimentos imobiliários, ações que vulnerabilizam a área do Quilombo Quingoma. A resistência é transformar lixo em reciclagem, em autossustentabilidade para sobreviver. Foi ressaltada, também, a necessidade de as escolas tratarem com mais respeito a história desses povos:

> ***"Educação Ambiental quem faz é o povo da Ilha de Maré, do Tororó, do Quilombo Quingoma, que transforma tudo que vem de questão de destruição em questões de denúncia e reciclagem. (...) Eles juraram nos matar, mas a gente jura viver defendendo o meio ambiente e a nossa casa"*** (Donana).

Na sequência, a convidada da Ilha de Maré reforça que a luta ambiental não é só desses povos, mas de todos. Que a responsabilidade dos gestores está na defesa dos direitos à vida e ao território e não na defesa do capital que mata e oprime.

São citados outros casos: o Quilombo dos Macacos, onde a Marinha está devastando o território; o Quilombo Quingoma, cuja elite local, litorânea, branca, ameaça constantemente o território; o Tororó, que tem uma comunidade que está cercada (especulação imobiliária e racismo ambiental); em Candeias, uma pequena população está para ser removida por causa do porto.

Tirar a comunidade do seu lugar é tirar sua vida. É tirar um povo que tem uma cultura diferenciada e que não quer se relacionar com a cidade grande. É expulsá-lo do seu território. A comunidade da Ilha de Maré está sendo devastada pelo racismo ambiental, pela poluição química. A defesa desses territórios não é só das comunidades e dos ambientalistas. É de toda a sociedade:

> ***"O mesmo peso que a caneta do governador e da secretaria nos mata, a sociedade também nos mata com esse silêncio. Precisamos da ajuda de vocês para a gente permanecer no nosso território. O que temos vivenciado na BTS – Baía de Todos-os-Santos, na Bahia e no Brasil é um genocídio desses povos, que só defendem o ambiente para sobreviver. Isso nos mata: por querer morar no mangue, por querer morar na mata, estamos sendo abatidos. Nosso território é um lugar sagrado para nós, é lugar que virou 'do ouro, do dinheiro'. Chega! Vamos nos juntar e fazer uma corrente, uma rede, a mesma rede de construção, uma rede da alimentação, uma rede que é um instrumento de pesca e que seja também de luta (...). A omissão de poucos é a morte de muitos".*** (Eliete)

A palestrante de Pojuca solidarizou-se com as lutas apresentadas para a manutenção dos territórios quilombolas. Ressaltou que todos devemos nos empenhar para cuidar do meio ambiente, que não é tarefa somente de ambientalistas.

A sua experiência da Educação Ambiental na gestão pública mostra que a EA é diversa e possível, e também tem um papel importante na sociedade, pois pode estimular as pessoas a cuidar e produzir seu jardim e seu próprio alimento, a reduzir o uso de copo descartável, a consumir de forma mais consciente, a usar mais bicicleta e menos o carro, a compreender a importância das árvores/florestas para a sociedade e para as nossas vidas e a importância de se planejar a gestão para que mais ações ambientais possam ser incorporadas até tornarem-se orgânicas no sistema público:

> ***"Este é um espaço para falar, dizer as necessidades (...). Nós somos o meio ambiente, somos parte do meio ambiente; enquanto as pessoas, a humanidade, o nosso país, o nosso estado, o ser humano não enxergar isso, fica difícil de ter resultado. Nós somos o meio ambiente; como você cuida do seu corpo, do irmão, do filho, tem que cuidar do meio ambiente. A falta dessa visão é que faz acontecer o desequilíbrio, pessoas morrendo contaminadas por produtos químicos (...) Vamos continuar a nossa caminhada com fé e esperança"*** (Ellen)

Com certeza, as experiências apresentadas por essas mulheres de resistência serviram para tocar os corações que precisam acordar, porque o momento assim o exige. Tudo que vem acontecendo no planeta, hoje, é por essa omissão de toda sociedade. A luta é de todos, não só de ambientalistas. A hora é de dar as mãos neste momento de crise e buscar saídas para os diversos problemas que estamos enfrentando.

Falou-se sobre a questão territorial, preservação ambiental e cultural; sobre racismo estrutural, racismo cultural, racismo educacional. A EA deve ampliar essas discussões e ocupar todos os espaços, ajudando a compreender a realidade como um todo.

A importância de dividir experiências, como as que foram apresentadas, é para que as pessoas possam se amparar mutuamente e para promover diálogos que despertem todos e todas para o que vem pela frente. Serve também para contar histórias que mantêm a cultura viva; não se pode esquecer e nem deixar de olhar para os lados.

Encerrou-se a *live* com um poema de cordel que enaltece os nordestinos, valorizando a cultura dessa região. A apresentação é feita por uma jovem estudante, de 16 anos, Ana Laura Farias de Macedo (Instagram: alauranordestina; postado em 21/04/2021). Ela é de Cachoeirinha do Agreste, um município de Pernambuco. Não é baiana, mas é nordestina também e traz a força desse povo com muita poesia. É preciso incluir a juventude, que não pode ficar de fora dessas discussões.

NOTA: Durante a live, foi informado que a palestrante Fernanda Pita, que faria apresentação de uma experiência de Candeias, infelizmente não pode participar por motivos de saúde.

TERCEIRA *LIVE* - DIA 06 DE MAIO DE 2021

"A urgência do momento que a gente vive, hoje, exige que tenhamos uma ação educadora ambientalista, revolucionária, comprometida com mudanças culturais muito profundas. [...]
(São apresentadas) *três tríades de direitos fundamentais:*

- *Terra, Teto e Trabalho, anunciada pelo papa Francisco*
- *Saúde, Educação e Natureza*
- *Comunicação, Participação e Espiritualidade*

[...] Esses direitos, estando disponíveis e acessíveis a todos os humanos, podem viabilizar transformações profundas"

Marcos Sorretino

Do vídeo "EA tem que ser revolucionária" (youtube: CUMULUS TV), protagonizado pelo professor Marcos Sorrentino, biólogo, pedagogo, Mestre em Educação, vinculado à ESALQ e à UFBA.
Link do vídeo (youtube: *https://www.youtube.com/whatch?v=9k2UmB4Y-WM&t=159s)*

ABERTURA

A live *foi iniciada com um pequeno vídeo da artista visual e ativista Marta Moura sobre a importância de se preservar a água. No vídeo ela pergunta: "Como viver sem água?", evidencia a importância do acesso à água potável e ao serviço de coleta de esgoto (vídeo: "Água é direito de todos!!!" https://www.martamoura.com.br/projeto-paralelo-pessoal?wix-vod-video-id=a3b8d721379340a5904a6c524abb66e7&wix-vod-comp-id=comp-kk69vux8).*

Após a exibição do vídeo, foi ressaltado o momento muito especial que vivemos, com grande necessidade da água para ajudar no combate à pandemia que está matando muita gente. A Reaba solidariza-se com os familiares e amigos de todos e todas que fizeram a passagem. Mas, apesar do momento difícil, é preciso ter sempre em mente o recado de um ator e comediante muito querido, que recentemente também foi vítima da covid-19, Paulo Gustavo: "O sorriso é uma forma de resistência".

Nessa live, *como nas anteriores, foi lido um trecho da introdução do documento base sobre metodologia do Pré-Fórum EA:*

> *"Em tempos de reavaliar a vida, reprogramar rumos, revisar planos, realimentar sonhos... mais uma vez voltamos nosso olhar para a Educação como uma ponte (ou pilar) de uma nova relação humana com os demais seres. Exatamente quando observamos a intensificação do risco de vida e a continuidade da própria humanidade..." (doc. Reaba: Metodologia do Pré-Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – Bahia/2020)*

Também foi informado que a live *está relacionada com o X FBEA e com o Pré-Fórum BA, como está descrito no Capítulo I (pág. 11), onde também há referência sobre o GT TMS, grupo que organizou o evento.*

E para situar os ouvintes da live, *ainda foram passadas informações básicas sobre o TMS – Território Metropolitano de Salvador –, as mesmas que constam nos itens "Contextualização", "TMS informações gerais", do Capítulo I (págs. 13 a 16).*

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

ANGÉLICA PAIXÃO

"Você não pode proteger o meio ambiente a menos que você capacite as pessoas, você as informe e as ajude a entender que esses recursos são seus próprios, que elas devem protegê-los" (Wangari Maathai)

Angélica Paixão destaca a citação de uma professora ativista da política de meio ambiente do Quênia

Convidada: Angélica Santos da Paixão é licenciada em Geografia, especialização em Ecologia e Turismo e Mestre em Planejamento Ambiental. Coordenadora da Sala Verde da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde (PMSFC).

Título da experiência: diversas ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde: Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca - SEMAAP e por meio do Projeto Sala Verde.

Realização: equipe da SEMAAP, composta por seis técnicos e equipe da Sala Verde/Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde (Secretaria de Educação).

Início/término: SEMAAP até 2016; Sala Verde inicia em 2017; em 2019 as atividades são suspensas devido à pandemia.

Público envolvido: infantil; escola formal; comunidades; Associação de Catadoras e Catadores, servidores da Prefeitura de São Francisco do Conde.

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: PMSFC/ Projeto Sala Verde.

Temática abordada: questões socioambientais do município, a exemplo de: caça e criação de animais silvestres, pesca, captura de animais, diagnóstico socioambiental, mutirões socioambientais; EA com: o funcionalismo público, professores, conjuntos habitacionais, catadores de resíduos recicláveis, conselho de APA.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: São Francisco do Conde

A palestrante fala do grande prazer em poder partilhar um pouco das experiências da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde (PMSFC) em relação à Educação Ambiental, nessa *Live* do Pré-Fórum de EA (06mai2021).

Ela informa que é educadora ambiental do município há alguns anos, por meio da Secretaria de Educação; coordena o Projeto Sala Verde – Espaço de Ecoformação implantado em 2017, com vivências exitosas. E segue sua apresentação:

A Sala Verde é um projeto do Ministério do Meio Ambiente, visando atuação como espaço interativo de educação socioambiental aberta a toda a sociedade. No município, o projeto busca trabalhar com todos os públicos.

São observadas as questões ambientais mais gritantes no município. Infelizmente, a caça e a criação de animais silvestres em residências ainda são muito intensas. Por isso, uma das parcerias é com a Polícia Ambiental (figura 1), no intuito de que crianças, jovens e adultos compreendam a importância de conservar e preservar a natureza em diversos aspectos, assim como os prejuízos ambientais e punições através das leis decorrentes das agressões. As trocas têm sido muito interessantes.

FOTOS: POLÍCIA AMBIENTAL

Fig. 1 – Exposição de animais (caça), 2019

São Francisco do Conde é cercado por manguezais. A população comercializa e consome seus frutos em larga escala, mas infelizmente ainda temos muita captura de animais em período de defeso, período de desova; há utilização de redes de malha fina e até pesca com bomba. Fotos com os frutos do mar estão em nossa Sala Verde, marcando o nosso fazer pedagógico (figura 2).

Fig. 2 – Fauna de manguezal, 2019

São Francisco do Conde, uma cidade banhada pela Baía de Todos-os-Santos, é cercada por manguezal, pressionada pela malha urbana. Faz com que tenhamos a necessidade de estar reinventando sempre o nosso fazer pedagógico de Educação Ambiental, conforme algumas experiências aqui partilhadas, que vão além da Sala Verde, para que

possam ser reproduzidas, redefinidas em outros territórios.

Uma das experiências exitosas é o **diagnóstico socioambiental** (SEMAAP) que realizamos por acreditar que **educador ambiental precisa conhecer a comunidade,** levantar as questões que são de responsabilidade do poder público e quais questões a comunidade precisa interagir para que elas sejam trabalhadas de forma mais interessante.

Uma vivência ambiental bastante significativa são os **mutirões socioambientais** (SEMAAP), envolvendo as comunidades, o comércio, os serviços locais da administração pública e empresas da região, visando melhorias da qualidade ambiental das localidades. Esses mutirões precedem as reuniões com a comunidade, onde quer que ela esteja, onde ela considerar mais interessante, para que traga suas demandas. **É muito importante que a comunidade coloque-se, que seja ouvida antes de se propor ações. Essas partilhas com a comunidade são experiências fascinantes.**

Outra experiência que já alcançou resultados bem interessantes foi a **Educação Ambiental para o funcionalismo público (SEMAAP), realizada nas diversas secretarias do município,** onde são trabalhadas inúmeras questões ambientais, sem a necessidade de deslocamento do trabalhador do setor onde atua (figura 3).

FOTOS: SALA VERDE, PMSFC

Fig. 3 – Educação Ambiental com servidores, 2015

Educação Ambiental formal com os professores, produção de módulos, momentos teóricos, mas principalmente momentos de campo (figura 4), para que possam desdobrar no fazer pedagógico em sala de aula. **São momentos de recepção das inquietações e de muitas trocas educativas.**

Fig. 4 – Mutirão com professores e alunos, 2019

Com os alunos, são realizadas atividades em empresas locais que apresentam como acontece o processo produtivo e o destino da produção. Se o aluno não pode ir até a empresa, as visitas são realizadas na escola, ou seja, a Sala Verde tem procurado diversificar o fazer ambiental para atender às turmas de formas diversas.

Outra iniciativa, **produção de material didático,** a exemplo de algumas cartilhas como a de coleta seletiva e outras ao longo dos anos.

O Projeto Preassuh (SEMAAP) de **educação ambiental em conjuntos habitacionais,** independente do Minha Casa Minha Vida, realizado em parceria com a Secretaria de Obras. Antes da entrega das chaves, havia uma conversa com os moradores sobre a necessidade do cuidado com o espaço e os prejuízos, caso deixassem esse cuidado à mercê apenas da gestão pública.

Oficina de Educação Ambiental para a Associação de Catadores do município realizada em parceria, com fins de produção a partir dos resíduos coletados (SEMAAP). Os resultados foram fantásticos, a exemplo da produção de *puffs*, cadeiras, luminárias. Do resíduo, os catadores descobriram que além da comercialização é possível também produzir vários produtos de qualidade que podem entrar no mercado, sim, e em condições de competir com vários outros produtores.

Educação Ambiental na APA Joanes-Ipitanga. O rio Joanes nasce em São Francisco do Conde. O município tem assento no Conselho da APA e temos participado de muitos momentos educativos envolvendo professores, estudantes e comunidade.

Ela concluiu, trazendo uma frase muito interessante, que chama muito a atenção, que marca muito a função da educadora ambiental:

> ***"Olhe cada caminho com cuidado e atenção. Tente quantas vezes julgar necessário. O educador ambiental precisa insistir quantas vezes for necessário. Então, faça a si mesmo uma pergunta: Possui esse caminho um coração? Se possuir, você está no caminho certo".*** (Angélica)

O educador ambiental, além das teorias, das oficinas, da produção de material pedagógico, precisa colocar o coração no fazer, porque ele vai lidar com as situações mais adversas. O educador ambiental vai lidar com gestores públicos que não compreendem o processo educativo, vai lidar com lideranças das comunidades que não abraçam o fazer pedagógico, ele vai lidar com educadores que consideram a questão uma sobrecarga.

Então, esse fazer educativo precisa, sim, da teoria e precisa da técnica, das legislações, mas precisa, acima de tudo, colocar o coração no fazer pedagógico para que realmente frutifique nas comunidades.

CONTATOS

YouTube Sala Verde São Francisco do Conde salaverdesfcba@gmail.com

MUNICÍPIO DE SALVADOR (PARQUE SÃO BARTOLOMEU)

DÉBORA PORCIÚNCULA

"Levamos 14 anos para conseguir dar esse importante passo em defesa da conservação da natureza e das águas do rio do Cobre. Embora saibamos que muito ainda precisa ser conquistado para que toda a APA BCSB esteja devidamente sinalizada, esse projeto nos inspirou a continuar lutando por justiça ambiental"

Débora Porciúncula

Convidada: Professora Débora Carol Luz da Porciúncula é geógrafa, Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSal – Universidade Católica do Salvador; liderança comunitária da APA – Área de Proteção Ambiental da Bacia do Cobre/São Bartolomeu e membro fundadora do Coletivo Guardiões da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu (APA BCSB).

Título da experiência: Projeto de Sinalização da Unidade de Conservação de Uso Sustentável APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

Realização: instituição proponente da experiência: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS/UCSAL), a partir das demandas da comunidade representada no Conselho Gestor da APA BCSB; projeto financiado pelo Ministério Público da Bahia.

Início/término: entre os anos de 2019 e 2020.

Público envolvido: comunidades que integram a Unidade de Conservação (UC) APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, Conselho Gestor da APA, associações de moradores, demais sujeitos interessados.

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS/UCSAL), com apoio financeiro do Ministério Público da Bahia; apoio local: Projeto Parques em Conexão; Rede Cata Bahia; Guardiões APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu; AGMD – Associação Guerreiros do Mané Dendê; Assmoilha – Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela; MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia. Parceiros: DSN – Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza (PPG TAS/UCSAL); Instituto Búzios; Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia.

Temática abordada: Educação Ambiental e Sinalização de Unidades de Conservação.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Salvador - Parque São Bartolomeu

Objetivo da experiência: construir identidade territorial na Unidade de Conservação (UC), Área de Proteção Ambiental (APA), Bacia do Cobre/São Bartolomeu, através da implantação de placas de sinalização, em locais considerados estratégicos pela comunidade e sociedade civil organizada envolvida na execução do projeto.

Descrição das atividades: o projeto foi construído por muitas mãos, tendo como orientação metodológica a **Pesquisa-ação-participativa**, fruto da parceria e assessoria entre o PPGPTDS/UCSAL e a APA BCSB, em que os sujeitos sociais foram ouvidos e, a partir desta escuta, a sinalização da UC APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu emergiu como prioridade.

O registro dessa experiência gerou um relatório, disponibilizado em http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/2527, no repositório da UCSal – Universidade Católica do Salvador, com o título "Sinalização de Unidade de Conservação de Uso Sustentável Área de Proteção Ambiental – APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu" e com a descrição de todas as estratégias teórico-metodológicas do projeto.

Foram realizadas as seguintes atividades:

- Oficinas de sinalização da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu;
- Reunião institucional no Ministério Público com a participação de órgãos públicos para firmar termo de compromisso na manutenção e apoio à fiscalização das placas de sinalização;
- Produção dos *layouts* das placas no padrão do Inema, cedidas, a partir desta reunião, pelo órgão ambiental, por meio Diretoria de Unidades de Conservação à época;
- Implantação de 10 placas de sinalização em 10 áreas consideradas conflituosas e estratégicas pela comunidade. Áreas em que as pessoas tivessem na paisagem elementos que permitissem a compreensão sobre o território e o fragmento da Mata Atlântica. A 1ª placa foi lançada durante uma das edições da trilha ecológica da

APA, organizada pelos Guardiões Bacia do Cobre/São Bartolomeu. A placa foi implantada dentro do parque de forma a sinalizar que o mesmo está inserido em uma unidade de conservação que abriga quase 1000 hectares do bioma Mata Atlântica;

- Desenvolvimento do mapa de sinalização, pois a APA apresentava cartografia defasada e precisava ser atualizada. O mapa indica os locais onde as placas foram inseridas de acordo com a sinalização de lideranças que transitam nessas localidades. Cada liderança comprometeu-se a ser o responsável pelo monitoramento das placas. Todas elas receberam o mapa impresso em formato A3 para que tivessem a visão do território da UC e também da localização de todas as placas.

  Em se tratando das áreas estratégicas, foi ressaltado que uma das placas foi instalada ao lado da floresta do Parque Pirajá (parque florestal da represa do Cobre) e dos conjuntos habitacionais Paraguari I e II, construídos em área de APP, que embora as licenças para a construção destes empreendimentos tenham sido bastante questionadas pelo Conselho Gestor da APA, ambos foram instalados em flagrante descumprimento da legislação ambiental em vigor; outras placas foram instaladas em uma área de conflito, como invasão da área do parque;

- Realização de oficina devolutiva do projeto de sinalização para apresentar à comunidade os resultados do projeto.

Importante enfatizar que a UC APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu apresenta um sistema de cachoeiras amplamente utilizadas pelos sujeitos locais, membros das comunidades e de religiões de matriz africana; e que a importância ecossistêmica do rio do Cobre, único que não está completamente poluído em Salvador, merece toda a nossa atenção por ser amplamente utilizado para pesca, banho, lazer e rituais das religiões de matriz africana.

Recursos pedagógicos abordados: a pesquisa-ação-participativa foi utilizada como base metodológica para o desenvolvimento do projeto. Foram realizadas reuniões, oficinas e confecção de mapas e placas de sinalização.

Desafios encontrados: Não houve apoio institucional do órgão ambiental (Inema), que se comprometeu apenas com a confecção da logomarca da placa de sinalização.

CONTATOS
debora.porciuncula@pro.ucsal.br guardiaocobre@gmail.com

MUNICÍPIOS

6 TMS - 1 TPS*

GOLDE STIFELMAN

"Os resultados do Projeto Guardiões das Águas traduzem o esforço de muitos parceiros. O projeto pode significar uma melhoria para os parceiros mas, principalmente, é uma oportunidade das instituições públicas de reeducarem-se. Ele parte do princípio da educação mútua,em que escutamos o máximo possível, sem considerar ninguém mais ou menos. Nós estamos nos educando no diálogo!"

Golde Stifelman

Convidada: Golde Maria Stifelman é socióloga, Mestre em Sociologia pela UFBA – Universidade Federal da Bahia e servidora da Embasa – Empresa Baiana de Saneamento na Gerência de Apoio Social.

Título da experiência: Projeto Guardiões das Águas dos rios Joanes e Jacuípe.

Realização: projeto desenvolvido pela Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A., Diretoria Técnica e de Planejamento – DT, Unidade Socioambiental – TSA, Gerência de Mananciais e Segurança de Barragens – TSAB, com apoio da Gerência de Ação Social – TSAS. Desde sua elaboração, contou com a parceria de UFBA, Incra e Inema e com os produtores e representantes públicos da região envolvida.

Data de início da experiência/término: iniciado em 2016, com duração de quatro anos, não temos informações se já foi finalizado.

** 6 TMS - Território Metropolitano de Salvador: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Simões Filho; 1 TPS - Território Portal do Sertão: Terra Nova.*

Público envolvido: produtores de pequenas propriedades rurais da área de abrangência do projeto

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: ações elaboradas pelo conjunto de técnicos da Embasa, UFBA, Inema e Incra. Para a sua implantação, foram contratadas empresas de consultoria, através do processo de licitação pública: Ambientagro (Meta 1) e a empresa Bourcheid (Meta 2) e foi estabelecido um convênio com a Universidade Federal da Bahia para elaboração dos projetos (meta 2).

Temática local abordada: recuperação de área de proteção permanente (APP), educação ambiental

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: 6 TMS - 1 TPS*

Objetivos da experiência:

1. recuperar a vegetação arbórea nativa de 100 (cem) nascentes e de 100 (cem) hectares de áreas marginais dos rios Joanes e Jacuípe e de seus tributários principais;
2. realizar ações de Educação Ambiental crítica em 10 (dez) comunidades rurais de 7 (sete) municípios, para restabelecer a prestação de serviços ambientais desses mananciais, notadamente a produção de água para os moradores locais e para os reservatórios usados no abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador;
3. estabelecer uma nova forma de reconhecimento sobre a prestação de serviços ambientais.

Descrição das atividades: conforme diretrizes traçadas pelo Edital nº 01/2015 FNMA/FSA CAIXA, o "PROJETO DE REABILITAÇÃO FLORESTAL DE ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE DO RIO JOANES E RIO JACUÍPE – REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – BA" (nome oficial), foi desenhado em três metas:

META 1: mobilização para seleção de pequenos proprietários rurais dos 10 municípios, devendo resultar no cadastro de 300 propriedades rurais no CAR/Cefir; elaboração de 10 projetos de recuperação de APP e Educação Ambiental crítica dos imóveis rurais beneficiados.

FOTO: ACERVO DO PROJETO

Recuperação ambiental nas bacias dos rios Joanes e Jacuípe/BA (projeto iniciado em 2016)

** 6 TMS - Território Metropolitano de Salvador: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Simões Filho; 1 TPS - Território Portal do Sertão: Terra Nova.*

META 2: implementação de 10 projetos de recuperação de APP e de Educação Ambiental crítica dos imóveis rurais beneficiados, e monitoramento do processo de recuperação das áreas;

META 3: elaboração de um plano regional de pagamento por serviços ambientais (PSA). As ações de Educação Ambiental crítica perpassam todos os momentos deste projeto, desde a sua elaboração, com o primeiro contato com os produtores rurais alvo do projeto, seleção das áreas de intervenção, acompanhamento e fiscalização das ações, até a elaboração do Plano de Pagamento de Serviços Ambientais/PSA[1].

A simples proposição de recuperar a vegetação arbórea nativa, das nascentes e de áreas marginais aos rios em suas propriedades implica na modificação do uso do solo. **Desta forma, as ações de Educação Ambiental têm o objetivo de criar condições que permitam o diálogo entre técnicos e produtores rurais para que o projeto torne-se uma ferramenta de melhoria e não uma imposição institucional.** O bem socioambiental coletivo deve se estender a estes produtores, representando a melhoria das condições de vida destas populações com dificuldades de acesso aos serviços básicos como saneamento, transporte, saúde e educação.

Compreende-se que a manutenção das ações desenvolvidas pelo projeto deva ser apoiada pelo Plano de Pagamento por Serviços Ambientais, que se constitui a finalização do projeto e o início de uma nova forma de reconhecer os impactos coletivos de ações individuais.

As ações de EA, conforme planejadas, além da discussão sobre as questões ambientais envolvidas, possíveis impactos e correções no andamento do projeto, também foram propostas oficinas de Educação Ambiental Crítica com diversos temas escolhidos pelos assentamentos.

Oficinas: conforme especificadas em documento da Embasa (Termo de Referência da Licitação para contratação de serviços ambientais contidos na meta 2 do projeto):

1. Oficina de Mapa Biorregional da localidade: esta oficina, para as 10 comunidades, tem a finalidade de refletir, a partir das práticas, qual a relação dos moradores locais com seu ambiente natural e social. Como ferramenta pedagógica, é elaborado o mapa biorregional que, além de localizar as pessoas e as ações do projeto, serve para contar a história do território, da forma de uso e ocupação e de como se relacionam com os recursos naturais. Este material construído em oficina, posteriormente será apresentado ao restante dos moradores locais, a uma escola da região e aos demais assentamentos na Unidade Gestora do Projeto - UGP[2], como forma de estimular o debate sobre: "Como vivemos?"

---

[1] Para mais informações, https://repositorio.ufba.br. Pagamento por serviços ambientais como componente para segurança hídrica em mananciais: caso de estudo na Região Metropolitana de Salvador/Bahia, Braz de Souza Geneci.

[2] UGP é o conselho de gestão do projeto, composto pelos produtores locais, ONGs, representantes de prefeitura e instituições parceiras do projeto (Embasa, Inema, UFBA e Incra). As reuniões eram bimensais e presenciais até o início da pandemia, hoje são mensais e virtuais.

FOTO: ACERVO DO PROJETO

Construção de mapa biorregional com as comunidades do Projeto Guardiões das Águas dos rios Joanes e Jacuípe/BA, (Projeto iniciado em 2016)

O mapa biorregional deve possibilitar a inserção desta população no território de forma consciente e reflexiva, para que tenha a noção clara das ações desenvolvidas e o porquê da existência de áreas de preservação permanente e o papel do indivíduo nesses territórios.

2. Oficina de Construção da Horta Orgânica: essa oficina, para as 10 comunidades, tem a finalidade de refletir, a partir das práticas, as formas com que a comunidade produz o seu alimento, identificar boas práticas agrícolas locais e trazer experiências externas. Sugere-se envolver além de adultos, crianças e jovens da comunidade.

Além da horta convencional, podem ser difundidas práticas de hortas suspensas, hortas hidropônicas, hortas comunitárias de base agroecológica (mandalas) e quintais produtivos, visando aproveitamento de espaços e diversificação de práticas; avaliando sua importância na educação alimentar e nutricional e sustentabilidade socioambiental.

O resultado dessa oficina será a construção ou fortalecimento de uma horta coletiva ou individual, conforme a necessidade e interesse. Os resultados serão acompanhados durante o projeto com registros fotográficos, depoimentos sobre a ação, dificuldades e mudanças positivas alcançadas. Além desses resultados, pretende-se colaborar para a melhoria da renda dos produtores e produtoras agrícolas, pois o excedente da produção de hortaliças orgânicas poderá ser comercializado nas feiras orgânicas e livres dos municípios integrantes deste projeto e na Região Metropolitana de Salvador.

Outro fato marcante dessa oficina é **a busca para a transição da agricultura nos moldes convencionais (utilização de agrotóxicos, adubos minerais, sementes transgênicas e etc.) para uma agricultura de base agroecológica,** com o mínimo de dependência de insumos externos à propriedade, através da produção de hortaliças orgânicas, possibilitando, com isso, alimentos mais saudáveis para a própria comunidade e municípios adjacentes.

3. Oficina de defensivos agrícolas naturais: esta oficina, para as 10 comunidades, tem como objetivo apresentar conceitos agroecológicos baseados nos princípios do Manejo Integrado de Pragas – MIP. Segundo Waquil et al.(2002), o Manejo Integrado de Pragas é o sistema que no contexto associa o ambiente e a dinâmica populacional da espécie, utiliza todas as técnicas apropriadas e métodos de forma tão compatível quanto possível e mantém a população da praga em níveis abaixo daqueles capazes de causar dano econômico. Dentre os métodos que podem ser adotados é o de uso de defensivos naturais. **Com a utilização dos defensivos naturais, o/a produtor/a rural obtém alimentos mais saudáveis, isentos de contaminação por agrotóxicos, e ainda reduz significativamente o custo de produção.** Também favorece o aumento da resistência das plantas contra a ocorrência de pragas e doenças.

Outro ponto importante para utilização desses defensivos naturais é diminuição de produtos tóxicos e nocivos ao ambiente, que causam impactos ambientais irreversíveis ao meio aquático e terrestre. Esses defensivos naturais não provocam danos à saúde dos agricultores e animais domésticos.

Além da parte introdutória e teórica inicial, para esta oficina serão produzidos alguns defensivos naturais e uma cartilha com os já utilizados ou conhecidos pelos produtores rurais.

4. Oficina de Construção de Vermicomposteira: esta oficina, para quatro das 10 comunidades, tem como objetivo principal o **aproveitamento de resíduos orgânicos oriundos das atividades domésticas do dia a dia para a obtenção do vermicomposto,** dando um destino mais nobre a esses resíduos. O vermicomposto poderá ser utilizado como adubo orgânico para as hortas orgânicas que serão instaladas nas comunidades ou em plantas medicinais e ornamentais em vasos localizados no interior das residências das comunidades trabalhadas, visto que é comum a prática dessa atividade.

5. Oficina de Tecnologias sociais de acesso/uso de água e irrigação: esta oficina, para somente três das 10 comunidades, tem como objetivo principal estimular e influenciar a opinião e pensamento dos agricultores/as envolvidos/as no projeto que **a água é bem comum a todos, escasso e finito na natureza.** Nesta oficina, os agricultores terão noções de tecnologias que podem ser compreensíveis e simples de serem realizadas nas suas comunidades, para que esses possam ter acesso à água no seu dia a dia com suas atividades.

6. Oficina de Banco de Sementes Crioulas: esta oficina, para somente três das 10 comunidades, tem como objetivo principal estimular e influenciar a opinião e pensamento dos agricultores/as envolvidos/as no projeto que as **sementes crioulas são um patrimônio genético** daquela comunidade e que essas têm um papel fundamental no agroecossistema para perpetuação de espécies vegetais domesticadas pelo homem, ao longo de milhares de anos.

Segundo descrição da Articulação do Semiárido Brasil – ASA Brasil, os bancos são espaços de armazenamento que têm o intuito de guardar certas variedades de sementes,

para que elas não desapareçam e não sejam destruídas em algum lugar. O banco é uma garantia de que determinada espécie ainda seja encontrada para o plantio, evitando, dessa forma, sua extinção.

Cada comunidade participará de quatro oficinas de acordo com o interesse de cada comunidade, mas todas relacionadas com a ecoagricultura familiar e seguirão os mesmos princípios de respeito à experiência local e a troca igualitária de saberes.

Recursos pedagógicos abordados: como já foi dito anteriormente, o recurso pedagógico é o do diálogo e de parceria.

Desafios encontrados: o maior desafio no desenvolvimento das ações de Educação Ambiental crítica foi a pandemia, que impôs o distanciamento social e dificultou a concretização das oficinas e do acompanhamento presencial das pessoas envolvidas nas ações de plantio.

Impactos da pandemia: como descrito no item anterior, a pandemia atrasou o andamento do projeto. As ações de Educação Ambiental que exigiam a proximidade das pessoas tiveram que ser suspensas em um primeiro momento, o que impossibilitou que se relacionasse com as demais ações do projeto, como estava previsto. Apenas o contato virtual por meio da Unidade de Gestão do Projeto manteve o acompanhamento crítico das ações.

Expectativas futuras: a expectativa é que as ações discutidas sirvam de incentivo à reflexão sobre as condições atuais da agricultura e as possibilidades de melhoria no sentido da conservação dos mananciais e das formas de apoio a estas ações pelas instituições competentes. E que, principalmente, contribua com a melhoria das condições de vida desses produtores rurais.

CONTATOS

evanildo.lima@embasa.ba.gov.br SITE: www.embasa.ba.gov.br

MUNICÍPIO DE CAMAÇARI

DADU GOMES

FOTO: CAMAÇARI NOTÍCIAS

"A minha ida lá* (no Congresso da UNEB) *era para mudar, para dizer às pessoas que era possível produzir seu próprio alimento"
Dadu Gomes

Convidado: Florisvaldo Ferreira Gomes, conhecido como Seu Dadu, é remanescente quilombola da comunidade quilombola da Cordoaria, em Vila de Abrantes, município de Camaçari/BA; é agricultor rural sustentável de produtos orgânicos e agroecológicos; também é consultor, pesquisador e militante da Educação Ambiental.

Título da experiência: produção Sustentável Agroecológica.

Realização: Seu Dadu, Florisvaldo Ferreira Gomes.

Início/término: processo contínuo.

Público envolvido: integrantes da sociedade civil organizada, acadêmicos, estudantes, pesquisadores, advogados, quilombolas, pescadores, toda a sociedade.

Responsável pela facilitação da experiência: Geneci de Souza, integrante do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes-Ipitanga.

Temática abordada: Educação Ambiental na propriedade rural, agricultura orgânica, transição ecológica, controle de pragas, implantação e manutenção de hortas, compostagem.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Camaçari

Na propriedade de Seu Dadu, foram realizadas múltiplas atividades na área ambiental, área cultural e na área agrícola.

Por realizar tantas ações importantes, Seu Dadu, no ano de 2019, foi convidado para participar do Congresso de Transição Agroecológica na UNEB – Universidade do Estado da Bahia – e dividiu a mesa com vários professores e personalidades da área. Para Seu Dadu, esse foi um momento importante em que ele pôde colocar seu ponto de vista para todas as pessoas ali presentes:

> ***"O mundo está rodando ao contrário. Fiz a minha fala no Congresso* (da UNEB) *e parece que quem ouviu gostou. Eu coloquei a minha experiência prática da agricultura limpa, agricultura orgânica"***, Seu Dadu.

Toda essa atuação é fruto da sua trajetória e aprendizados acumulados ao longo de sua vida e em sua propriedade. **Seu Dadu, há muitos anos, já desenvolve projetos, bem antes das instituições abordarem esses temas dentro de salas de aula.** Por ter esse conhecimento prático é que ele vem sendo convidado para fazer parcerias em projetos com a UFBA – Universidade Federal da Bahia, sobre transição agroecológica, transição da agricultura convencional para a agroecológica no "UFBA em Campo". Com esse processo, **ele já hospedou, em sua propriedade, alunos de várias faculdades, pessoas vindas de muitos locais do país.**

Ele relata que, nas visitas técnicas, teve oportunidade de compartilhar seu conhecimento e mostrar diversos resultados. Alguns dos visitantes (estudantes de biologia, veterinária e jornalismo) não conheciam pé de abacaxi, caju e nem sabiam como torrar a castanha. Além disso, as pessoas tiveram oportunidade de conhecer as hortas, a Associação da Cordoaria, a barragem do Rio Joanes que está dentro da APA Joanes-Ipitanga.

Além do projeto em parceria com a UFBA, foram realizadas **atividades técnicas e educativas sobre como se faz análise do solo e acompanhamento do desenvolvimento da planta**, desde o dia que nasce até a comercialização (amostras analisadas em laboratório); destinação dos resíduos e compostagem.

Os resultados das ações de Seu Dadu foram apresentados pela Coordenação do Projeto na Argentina e em vários países. **As práticas relatadas também geraram um programa de televisão** que deu visibilidade e permitiu que Seu Dadu realizasse uma consultoria na Ilha de Vera Cruz, em Matarandiba. Além de instruções para a comunidade, Seu Dadu também contribuiu com a **construção de uma horta,** um plano de trabalho para fazer manutenção da horta para que a comunidade produzisse tanto para consumo como para geração de renda.

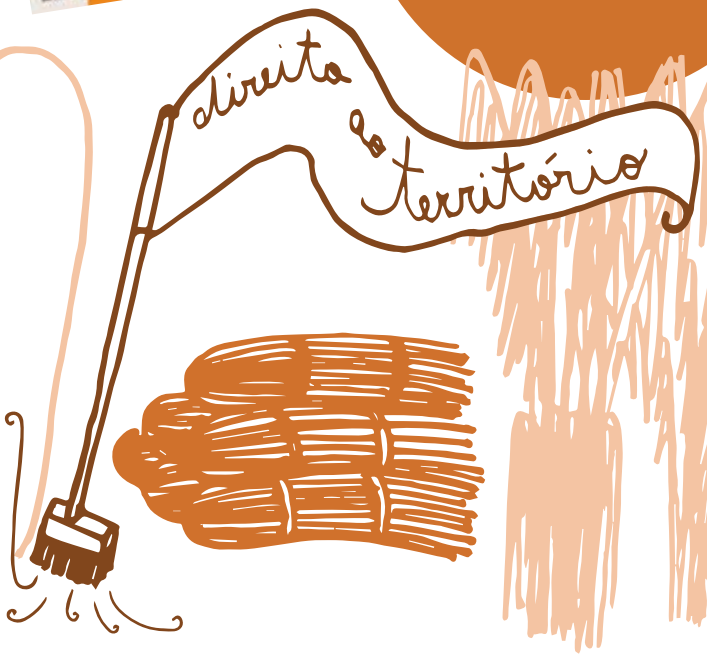
Seu Dadu também desenvolveu uma **estação rural para controle biológico de pragas** e incluiu ervas aromáticas nesse controle para que o processo fosse o mais sustentável possível. Das ações educativas, foi gerado um relatório do projeto para que as práticas desenvolvidas por Seu Dadu, ao longo das suas vivências, possam se perpetuar nas diversas comunidades.

CONTATOS

Fórum Sustentável Costa dos Coqueiros - AGENDA21 floresgomes54@gmail.com

MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO

LÔRA SANTOS



"As lutas e as conquistas de uma comunidade, em que a tradição é o que se tem de mais valioso"

Lôra Santos

Convidada: Sandra Santos (Lôra) – liderança do Quilombo do Dandá, em Simões Filho/BA. Presidente da Associação do Quilombo do Dandá. Agricultora e artesã. Líder do Grupo de Mulheres no Quilombo. Ativista e protetora do meio ambiente. Conselheira da Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes-Ipitanga. Conselheira do Consea – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – no município de Simões Filho. Conselheira, participante da coordenação, do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, no município de Simões Filho. Conselheira do Meio Ambiente na Prefeitura de Simões Filho. Cursa Gestão Ambiental na FAEL – Faculdade Educacional da Lapa.

Título da experiência: Experiências e Desafios da Comunidade Quilombola do Dandá, Simões Filho/BA.

Realização: Associação do Quilombo do Dandá.

Data de início da experiência/término: a atividade é contínua.

Público envolvido: homens e mulheres do território quilombola.

Responsáveis pelo planejamento e execução/facilitação da experiência: Sandra Santos. Nascida e criada na comunidade quilombola há 40 anos. Representante da 5ª geração de descendentes do quilombo.

Temática local abordada: trabalho coletivo numa comunidade quilombola que sobrevive da agricultura familiar/artesanato e que vive questões relacionadas a conflitos de terra; construção de fábrica de vassouras de piaçava; poço artesiano; ponte local.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Simões Filho

Objetivo da experiência: relatar a experiência das lutas, desafios e conquistas de um território com 3 comunidades quilombolas no município de Simões Filho.

Descrição das atividades: o território quilombola da presente experiência fica na BA 093, km 09, tem 250 anos e numa extensão de 347 hectares, onde residem três comunidades: a do Rio dos Macacos, a de Ipitanga dos Palmares e a do Dandá, incluindo um total de 150 famílias.

Sobrevivem da agricultura familiar e artesanato, tendo em vista a sustentabilidade. A maior parte da extensão do território é ocupada por plantio de piaçava, além de uma casa de farinha para produção coletiva e individual, destacando a questão da preservação da Área de Preservação Permanente (APP) do Rio dos Macacos, que corta a localidade.

O território ainda enfrenta conflitos, envolvendo muitas lutas para conseguir manter a demarcação do território, onde já houve muitas perdas de áreas de vegetação nativa, de animais, além de perdas de pessoas por falta de socorro médico.

A comunidade vem lutando pelos direitos e pelas políticas públicas. Dentre as constantes lutas e conquistas, pode-se citar algumas como o fato de existir, na comunidade, quatro jovens que cursam a UFBA – Universidade Federal da Bahia –, graças às cotas para quilombolas. Um dos bons resultados disso é ver que já existem pessoas que já estão se formando e, ao mesmo tempo, assumindo a direção de uma escola, ajudando as crianças a não perderem as tradições. Outra questão é o sonho de ter uma própria escola quilombola, uma escola de qualidade na comunidade, para não perder as tradições, a ancestralidade e dar continuidade ao cuidado com o meio ambiente, a terra, a água, o ar... para estar ajudando a construir um mundo melhor. Atualmente, existe apenas uma escola de ensino fundamental multisseriado em cada uma das comunidades. Entretanto, o ensino ainda é precário.

Cultuar a tradição, as raízes, que é o que os moradores têm de mais valioso, é um cuidado que eles têm, praticam e querem passar para os descendentes, pensando no bem-estar da natureza, pois sem a Mãe Terra a gente não vive.

É reconhecido que as lideranças já enfrentaram muitas lutas, perdas e mortes para conquistar o território e, hoje, já se pode perceber as vitórias para conquistar o espaço. **Nunca se viu liderança dizer que ainda não foi ameaçada, ou mesmo que não vivenciou perdas de morte.**

Das conquistas relacionadas aos projetos para a comunidade, tem-se a **fábrica de vassouras.** A comunidade escreveu o projeto, concorrendo pelo edital da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. A fábrica está para ser construída. No momento, o processo está meio parado por causa da pandemia, mas já foi possível comprar grande parte de materiais de custeio.

O projeto nasceu de uma necessidade de valorizar os trabalhos realizados pela comunidade. A antiga rotina é que eles tiravam a piaçava e vendiam para fábricas fora da

comunidade. Eram explorados. Saiam cedo, pegavam a piaçava, limpavam e, apesar de um trabalho muito cansativo, vendiam a R$ 3,00/kg, o que dava para fazer três a quatro vassouras. Todo esse esforço, sendo que eles também sabiam fazer a vassoura! Resolveram, então, lutar pelo sonho e buscar capacitação.

No geral, tudo que eles buscam de melhorias é para implantar não só em uma comunidade, mas em todas do território. É possível oferecer-se, por exemplo, para ensinar artesanato com piaçava para outras comunidades. **Eles atuam sempre na linha do intercâmbio, do olhar coletivo, pois existem questões diferentes, mas a luta e o sofrimento são iguais.**

Um outro grande sonho e também importante conquista em 2018, foi a de um **poço artesiano.** Eles conseguiram o poço artesiano a partir de ofício encaminhado à Cerb – Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia –, bem como com o apoio do gestor da APA Joanes-Ipitanga, Geneci Souza. Antes desse poço, muitas pessoas da comunidades consumiam águas com coliformes fecais e, hoje, praticamente não se tem problemas com isso. Após a instalação do poço e realizados os devidos exames, das 75 pessoas que habitam a comunidade, só duas ainda estavam apresentando problema de coliformes fecais. Atualmente, eles bebem água de boa qualidade. Esse novo poço foi construído em área longe de fossa.

Outra conquista foi a **construção de uma ponte** de 80 metros, mesmo durante o período da pandemia. A construção durou em torno de um ano e vem contribuindo com o deslocamento da comunidade, seja para o local de trabalho na lavoura ou para o poço artesiano, sem precisar passar por dentro do rio contaminado, o que gerava muitos problemas de saúde. **A ponte foi o resultado dos esforços coletivos para adquirir recursos, seja por meio de rifa, caruru, tudo que era vendido com agricultura familiar, com artesanato, além de contribuições de parceiros que ajudavam.**

Eles também se organizam entre si nas comunidades para fazer mutirões. Existe um mutirão das mulheres na quarta (limpeza da área coletiva e rua, já que não tem gari) e dos homens no sábado (limpeza da roça coletiva e limpeza diária nas roças individuais), dentre outras atividades.

No geral, toda produção é vendida na feira da agricultura familiar na BA 093. Tudo isso faz mostrar que a comunidade não é invisível, tem muita coisa boa, muita produção, muitas coisas saudáveis.

Desafios encontrados: o direito de manter a conquista do território e alcançar benefícios das políticas públicas.

Impactos da pandemia: o projeto contemplado pelo edital da CAR para a implantação da fábrica de vassoura está relativamente paralisado, apesar de já se ter conseguido adquirir material de custeio.

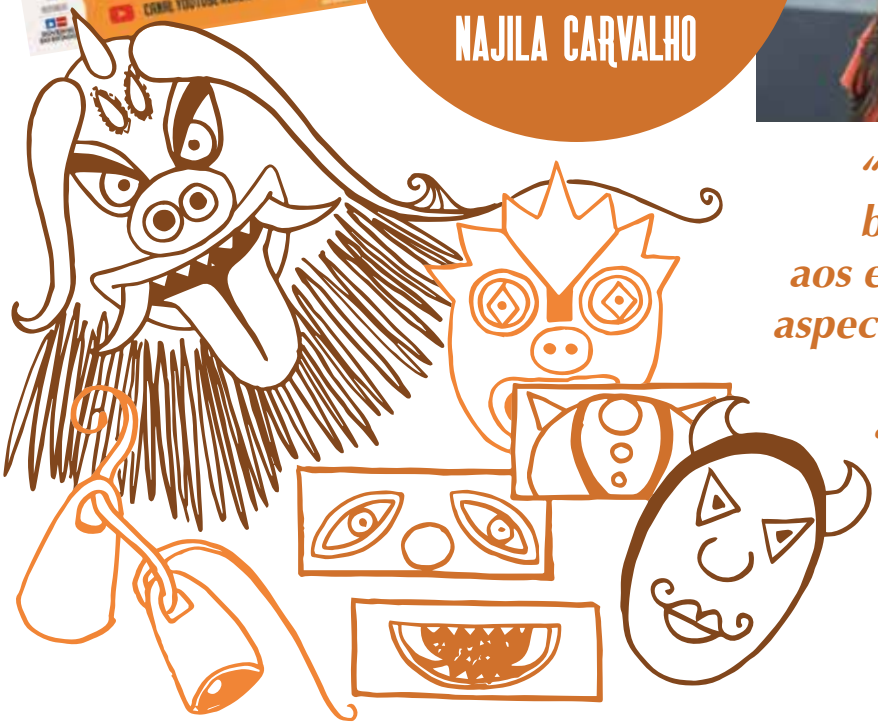
Expectativas futuras: implementação da fábrica de vassoura de piaçava.

CONTATOS

loradoquilombo@gmail.com

MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO (PRAIA DO FORTE)

NAJILA CARVALHO



"A atividade educativa busca ouvir e dar peso aos educandos, discutindo aspectos como: identidade, tradição, herança africana, resistência, e também o papel dos jovens na continuidade das tradições"

Najila Carvalho

Convidada: Najila Carvalho é pedagoga, psicopedagoga, licenciada em História, turismóloga, moradora nascida na Vila da Praia do Forte, gestora da Escola Municipal São Francisco, Praia do Forte, município de Mata de São João/BA.

Título da experiência: projeto de elaboração do vídeo "Deslocamento de experiências artísticas e estéticas. Da vida para a escola. Da escola para a vida".

Realização: equipe do Instituto Arte na Escola a partir do edital da 18ª edição do projeto Categoria Fundamental II – Prêmio Arte na Escola Cidadã, promovido pelo Ministério da Cultura, pela lei de incentivo à cultura.

Início/término: atividade realizada em 2017.

Público envolvido: estudantes do Ensino Fundamental II; com apresentação do trabalho para a comunidade da vila e a manutenção de uma exposição nas instalações da unidade do Projeto Tamar da Vila da Praia do Forte, sendo visitada por muitos turistas.

Responsáveis pelo planejamento/execução/facilitação da experiência: equipe da escola, com a coordenação da professora Leide Fausta Gomes da Silva.

Temática abordada: preservação da herança cultural africana; os Caretas do Carnaval da Vila da Praia do Forte; identidade, tradição, herança africana, resistência e também o papel dos jovens na continuidade das tradições.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO: Mata de São João - Praia do Forte

Mata de São João começou no século XVI, com a chegada de Garcia d'Ávila, filho de Tomé de Souza, que construiu a Casa da Torre, hoje, conhecida como Castelo Garcia d'Ávila. A Praia do Forte é considerada a Polinésia brasileira, muito rica em ofertas naturais e culturais.

A Praia do Forte é um local com pessoas de trabalhos tradicionais belíssimos. **A tradição dos Caretas é uma manifestação muito antiga, da época da escravidão** (envolve máscaras e vestimentas com muitos panos e galhos de árvores). Os escravizados iam para o mato e vestiam as caretas para assustar as pessoas. Até hoje, essa tradição ainda é muito viva, especialmente na época do carnaval. O careteiro Mestre Ulisses Santos é muito conhecido e considerado por todos da comunidade, junto com sua família, também muito querida.

A Escola Municipal São Francisco, em 2017, desenvolveu um projeto com a professora Leide, para pesquisar a tradição sobre os Caretas, que culminou com a elaboração de um vídeo. No Carnaval, filhos de pescadores e nativos vestem-se de caretas. Chama a atenção, o extremo cuidado com o meio ambiente na confecção das máscaras. Esse assunto é discutido e usam material reciclado (papelão, sacos de cimento, jornal e outros).

O vídeo "Deslocamento de experiências artísticas e estéticas. Da vida para a Escola. Da escola para a vida" ganhou o XVIII Prêmio Arte na Escola Cidadã do Projeto Categoria Fundamental II.

> **O vídeo apresenta aspectos da tradição dos Caretas. As peças, feitas para amedrontar, são feias, ferozes, misteriosas. Ninguém sabe quem está atrás. O vídeo ressalta que a Praia do Forte é uma mistura de culturas, uma aldeia de pescadores muito bonita, que atrai pessoas de vários lugares do Brasil e muito turismo global; onde as crianças vivem a tradição dos Caretas de forma espontânea desde bem pequenas**
>
> **Ainda traz informações sobre o projeto, que: estimula a aprendizagem sobre os Caretas; a construção das máscaras; a interação com a comunidade e a realização de atividades nas ruas com os turistas, "a rua onde a vida acontece!", fazendo a arte ir para a rua. Busca ouvir e dar peso aos educandos, discutindo aspectos como: identidade, tradição, herança africana, resistência e também o papel dos jovens na continuidade das tradições. Segue o link do vídeo: "DA VIDA PARA A ESCOLA / XVIII Prêmio Arte na Escola Cidadã - 2017 / Ensino Fundamental 2" - Link: encurtador.com.br/tELX0**

Esse trabalho enfatiza a conservação da herança cultural. Há tradições muito vivas na Praia do Forte. Temos os exemplos da saudosa D. Edith, que trouxe muitas riquezas tradicionais para o local, as baianinhas, o bloco das tabaroas e outras tradições que são levadas para dentro da escola. O que os alunos vivem na vila, a escola leva para dentro da atividade escolar e sistematiza as informações pesquisadas, falando da proteção ambiental.

"Não tem outro caminho a não ser o conhecimento. A gente tem que conhecer, aprender a cada dia. É a educação, de fato, que transforma". (Najila)

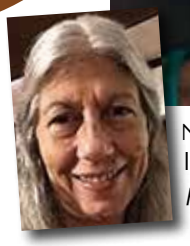
CONTATOS

najilacar@yahoo.com saofranciscopedagogico@gmail.com

TERCEIRA *LIVE*

COMENTÁRIOS E ENCERRAMENTO

DAL BEZERRA



Nota: *Dal Bezerra seria a mediadora desta* live, *mas por motivos de saúde não pôde participar. Lilite Cintra a substituiu.*

continuidade da ação educativa
parceria
agroecologia
agroecologia
transição ecológica
hortas/compostagem
conservação das águas
unidades de conservação (UC)
identidade
resistência quilombola
herança africana
arte/cultura
gestão
questões locais
mapas e plantas
pesquisa – ação – participativa
teoria – técnica – lei – coração
trabalho coletivo
juventude
tuntuntuntupi

"É preciso valorizar o empenho de quem realiza experiências educativas, dando conta de tantas questões"

Lilite Cintra, mediadora substituta

Salas Verdes são espaços educadores que atuam como centros de divulgação e de formação socioambiental. Surgiram a partir da implantação da Política Nacional de EA - PNEA (MMA). Na apresentação sobre uma Sala Verde, foi possível acompanhar como ela pode desencadear tantas atividades educativas com temas diferentes, mas também foi ressaltado que **o maior desafio é a continuidade dos processos, é manter o retorno às comunidades. Falta de recursos também dificulta.** Houve apoio da gestão municipal e de algumas parcerias com empresas e outras instituições como as universidades. Mas o desafio de dar continuidade é constante.

Em relação à universidade, a convidada que apresentou o projeto do Parque São Bartolomeu de Salvador, Débora Porciúncula, informou que há muitas dissertações discutindo a EA, realizadas na UCSal – Universidade Católica de Salvador. E sobre as atividades desse projeto, foi colocado, também, que não ocorreu apoio institucional por parte do Inema. Houve uma provocação da sociedade civil para o Ministério Público (MP), quando da instalação das placas de sinalização no parque, porque ficou pactuado no projeto que o Inema daria a manutenção a essas placas, como já é sua atribuição. Mas **para que o órgão ambiental assumisse o acordo feito, foi preciso ser constrangido pelo MP.** Sobre o Conselho da APA da Bacia do Cobre, foi informado que ainda funciona figurativamente.

No vídeo do Seu Dadu, o convidado que abordou temas como a agricultura, produção sustentável e agroecológica, os ensinamentos apresentados são muito interessantes, porque falam da prática efetiva dessas atividades. **As experiências foram valorizadas por pesquisadores e Seu Dadu foi chamado para apresentá-las em momentos de trocas acadêmicas.**

Sobre o trabalho do Projeto Guardiões das Águas dos rios Joanes e Jacuípe (Embasa), fica evidente a sua importância para a **conservação da água para o TMS.** Foi dito, ainda, que foram restaurados 25 hectares e 20 nascentes. E que os trabalhadores eram pessoas do local.

Importante valorizar a resistência para manter a comunidade quilombola Dandá, que vive há cerca de 250 anos neste território e que já faz parte do TMS, muito antes de todos e todas nós que estamos conhecendo esta história. É preciso valorizar o empenho de quem realiza experiências educativas, dando conta de tantas questões.

Na apresentação da Praia do Forte, destaca-se o **papel da arte e da cultura para criar uma identidade das pessoas em relação ao seu lugar. Isso é tão**

vital quanto a preservação do meio ambiente externo. É o trabalho com o meio ambiente interno das pessoas e traz uma expressão maravilhosa.

Quando as informações são apresentadas de forma estruturada, é muito bom, porque organiza o fazer de todos nós e das comunidades envolvidas.

A Reaba agradece a possibilidade de fazer parcerias com universidades, comunidades, instituições, juntando todos os saberes.

Após as apresentações das convidadas e do convidado, foi divulgado o Projeto de Lei Escola Verde, uma iniciativa popular para arborizar as frentes das escolas de Salvador (precisa de 100 mil assinaturas). E para as pessoas interessadas em assinar, foi dado o seguinte link:www.canteiroscoletivos.com.br/leiescolaverde.

Foram feitos os agradecimentos a todos e todas que colaboraram para a realização do evento e também ao público que assistiu às apresentações. Momentos importantes para que se possa juntar forças!

Ao fim, encerrou-se o evento com um vídeo sobre indígenas, embora não fale especificamente dos tupinambás. É como uma lembrança de todos os habitantes originários, uma louvação a todos eles, especialmente os tupinambás, que foram os primeiros do TMS. Um videoclipe com a música “Tu tu tu tupi”, de composição de Hélio Ziskind, do CD Meu pé Meu querido pé, da TV Cultura (link: encurtador.com.br/nyzAR).

CAPÍTULO III

OUTRAS PALAVRAS

Como aproveitar o que ouvimos?

1 INTRODUÇÃO: O fazer educativo e a Educação Ambiental

Este documento não se propõe a retratar tudo que pode ser encontrado no Território Metropolitano de Salvador (TMS) relacionado às práticas educativas, mas o GT TMS entendeu como necessário **dar visibilidade a algumas dessas práticas educativas de impacto local para fortalecer esses fazeres.**

Inicialmente, vamos relembrar a pergunta desafiadora feita às 11 expositoras e a um expositor das experiências educativas apresentadas nas três *lives*:

"Como vocês vivenciam, planejam e executam o seu fazer educativo nos seus espaços e no seu território?"

Nas apresentações das 13 experiências identificadas pelo GT TMS, observa-se que há processos educativos claramente definidos como de Educação Ambiental, mas também existem outros que, embora não façam referência explícita ao termo "Educação Ambiental" (EA), estão imbuídos de princípios e de diretrizes largamente descritos no arcabouço literário, acadêmico e legislativo do que se define como EA em sua essência.

Ao ter a **chance de ouvir as pessoas** e a maneira como lidam com seus fazeres educativos, ficou evidente que **muito do que já se faz pode ser considerado como possibilidade de se transformar em política pública municipal de EA.**

2 PERÍODO DAS EXPERIÊNCIAS: Quando ocorreram essas experiências educativas?

São experiências desenvolvidas **a partir de 2015 até os dias atuais**. Umas já foram finalizadas e outras ainda estão em desenvolvimento. As que sofreram o impacto da sindemia da covid-19 tiveram suas ações replanejadas e adaptadas para as tecnologias de comunicação que permitem atividades remotas. A sindemia provocou inúmeras transformações no cotidiano das pessoas, seja em casa, no trabalho, ou na coletividade. Ela foi reveladora das desigualdades sociais existentes no mundo inteiro, o que refletiu nos fazeres e nas reflexões de todo tipo de atividade.

3 RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES: Quem desenvolve essas experiências educativas?

São pessoas de setores diferentes, que aproveitaram suas atividades laborais e/ou de militância para oferecer oportunidades de aprendizagem e crescimento individual e coletivo em diversas situações.

As experiências são desenvolvidas por técnicos, profissionais e lideranças vinculadas a: órgãos públicos; organizações da sociedade civil, de associação de moradores; empresa de consultoria ambiental; comunidades quilombolas e de unidade de conservação; assessoria parlamentar e núcleo de pesquisa de universidades.

A formação das pessoas que apresentaram o desenvolvimento das experiências foi bem diversa: agricultoras, agricultor, artesã, biólogas, consultor e consultoras ambientais, engenheira, geógrafas, marisqueira, pedagoga, professoras, turismóloga e sociólogas.

4 PÚBLICO ENVOLVIDO: Que grupos passam por essas experiências?

Os grupos de pessoas que se beneficiam com as experiências descritas é amplo: grupos de técnicos e funcionários públicos (de prefeitura, empresa de águas, unidades escolares, polícia ambiental); grupos de comunidades quilombolas, de moradores e visitantes de unidade de conservação; grupos de comunidades urbanas e rurais de sete municípios, cujas nascentes foram restauradas; grupo de moradores de condomínio e conjunto habitacional urbanos e comunidades urbanas do seu entorno; grupo de especialistas socioambientais e participantes do Fórum Social Mundial; turmas de agricultores e agricultoras familiares e visitantes de Sala Verde. **Em qualquer grupo, há sempre o que ensinar/aprender.**

5 CONTEÚDO: O que se discute nessas experiências educativas?

Nos relatos dessas experiências do TMS, evidencia-se a **variedade de temas com os quais é possível desenvolver uma ação educativa.** Conteúdos ligados às questões e aos conflitos socioambientais; formas diversas de abordar e refletir sobre essas temáticas. Podemos elencar alguns:

- Aqueles diretamente relacionados com o **meio físico das localidades rurais e urbanas** (agricultura, agroecologia, alimento sem agrotóxicos, hortas, importância da água, restauração de nascentes, plantio urbano, resíduos sólidos, reciclagem de lixo);
- Os relacionados com o **meio físico dos ambientes costeiro-marinhos** (corais, pesca artesanal, recifes, manguezais, invisibilidade da poluição química, industrial);
- Os ligados às **opções administrativas dos gestores públicos** (especulação imobiliária, empreendimentos de grande porte; falta de políticas públicas que beneficiem as comunidades locais; falta de inclusão das temáticas quilombolas nos currículos escolares; licenciamento ambiental e suas consequências; falta de escuta e participação das comunidades nas decisões dos gestores; adesão institucional ao programa de administração pública A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública –, que incentiva a implementação de práticas de sustentabilidade);
- Os temas que tratam dos **impactos ambientais negativos** (desequilíbrio de espécie de corais, bioinvasão, poluição química e industrial nas baías de Aratu, Iguape e Todos-os-Santos, invasão de terras quilombolas, desmatamento, injustiça ambiental);
- Temas que discutem os **impactos sociais** que estão impregnados no tecido social que se forma a partir das características de cada território (racismo ambiental, estrutural, institucional e ainda racismo educacional; violação de direitos, ausência de abordagens sobre os impactos culturais, morais e financeiros nas comunidades; ameaças aos territórios das comunidades; medidas de fortalecimento das populações dos diversos territórios, sejam quilombolas, de comunidades escolares ou condomínios urbanos);

- Abordagem de **aspectos culturais**, que valorizam a arte e a cultura, como elementos que ajudam na formação da identidade dos grupos sociais;
- Uso do **turismo** como forma de conhecer e difundir informações sobre o território e seus conflitos;
- **Aspectos pedagógicos** desenvolvidos na formação de professores, professoras, estudantes, cidadãos e cidadãs mais conscientes do seu tempo.

Na medida que se aprofundam as reflexões, tendo um dos temas abordados como ponto de partida, é inevitável vir à tona a **complexidade das inter-relações das temáticas** entre si e com questões mais amplas e estruturais de cada localidade, como, por exemplo:

1. Que relação existe entre as reais necessidades dos moradores e moradoras locais com a especulação imobiliária ou empreendimentos previstos? (ex.: *pier* local, ponte Salvador-Itaparica, ponte em rio);
2. Quem desencadeia a ação poluidora e quem vive as consequências? (ex.: polo industrial e região portuária);
3. Como os aspectos legais das políticas públicas e do licenciamento interferem nas localidades? (ex.: condicionantes de EA, existência de legislação ambiental que ampare a população);
4. Ou, ainda, **o que as mudanças climáticas têm a ver com a vida, o bairro, o município das pessoas?**

E assim, muitas outras conexões e reflexões podem ser feitas para compreender a realidade como um todo complexo em busca de soluções que podem beneficiar todos os seres de forma harmônica e sustentável.

6 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO: Quando e onde acontecem?

O aprofundamento de reflexões que trazem à tona o contexto histórico e geográfico de um território obriga os interlocutores a ampliar seu olhar para o local em questão, e assim se evidencia "que as ações sejam executadas de acordo com o contexto das comunidades", como disse uma das palestrantes. **Cada tema precisa ser discutido a partir do território.** Vem a necessidade de conhecer melhor a realidade, na qual uma ação é planejada e desenvolvida: sua história, a ocupação geográfica do território, os conflitos decorrentes, quais são as principais necessidades da população local e que relações existem entre essas informações com o trabalho a ser desenvolvido.

7 ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM/ENSINO: Onde se aprende/ensina?

Com as apresentações, fica claro que **há muitos espaços que podem ser educadores.** As experiências foram realizadas em: escolas públicas, Salas Verdes, associação de moradores, comunidades quilombolas e de marisqueiras, comunidades rurais e/ou urbanas, parques públicos, órgãos de gestão pública.

Ensinar-aprender é uma ação que pode estar presente em diferentes situações da vida. Vai muito além do espaço do **ensino formal** (do berçário à pós-graduação). Pode estar presente em situações de ensino não formal, em **instituições governamentais e organizações da sociedade civil, em setores empresariais,** e ainda

pode ser constante na **gestão pública.**

Em várias universidades, tem sido frequente encontrar alguns professores e professoras, e também núcleos de pesquisa interessados e dispostos a incorporar a **EA como um novo jeito de ensinar/aprender.** Na apresentação do projeto do Parque São Bartolomeu de Salvador, foi informado que há muitas dissertações discutindo a EA realizadas na UCSal – Universidade Católica do Salvador.

envolvidas. Também se observou necessário conhecer melhor o território, **ouvindo as pessoas de diversos setores**, para identificar as questões locais prioritárias e poder **discutir, junto com as comunidades,** o enfrentamento dos conflitos existentes.

Houve experiências que apresentaram processos de ensino-aprendizagem com conteúdo contextualizado e por vezes trabalhado de **forma participativa, dialógica, democrática,** o que oportuniza análises críticas por parte dos participantes.

8 METODOLOGIAS/ESTRATÉGIAS USADAS NAS EXPERIÊNCIAS: Como se aprende/ensina?

Também se observa, a partir dos relatos, uma **variedade de metodologias/estratégias** de trabalho presentes nas experiências, tais como: reuniões; elaboração e apresentação de vídeos, *power-points*, exposições; eventos e mutirões comunitários; produção agrícola, implantação de hortas, reflorestamento; pesquisa e apresentações artísticas e culturais; trilhas e passeio de barco. Por causa da sindemia, muitas atividades presenciais foram feitas de forma remota, ampliando-se o uso de redes sociais, de *lives*, estímulos para a elaboração de vídeos e minisséries.

Mas foi constante a **valorização do diálogo,** como princípio de trabalho e de entendimento entre as pessoas, usado também para a devolutiva de informações às comunidades. **Compartilhar experiências,** sejam exitosas ou dolorosas, é forma de trabalho encontrada nas experiências. Ela pode levar ao crescimento e acolhimento das pessoas

9 ALGUNS DESAFIOS: O que falta?

Durante as apresentações, ressaltou-se como desafios das atividades educativas apresentadas:

- Busca de **apoios** financeiros e institucionais;
- Estabelecimento de condições básicas para manter a **continuidade** das ações;
- Esforço constante da comunidade na **mobilização do poder público** para atender as suas reivindicações;
- *"O grande desafio para a EA revolucionária é, primeiro, nós nos olharmos, ver em nós a mudança nas relações dos seres humanos que precisamos trabalhar,* ***vivência de um fazer para as pessoas e não para as coisas",*** (Adriana Muniz)

10 INSTRUMENTOS QUE EMBASAM A EA: O que pode ajudar?

Nas três *lives*, cada experiência apresentada trouxe elementos educativos relevantes que têm relação direta com as orientações encontradas nos instrumentos legais de Educação Ambiental (EA), que já são referências oficiais.

- PNEA – Politica Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999; DO 25jun2002 - decreto de regulamentação)

Temos, ainda, instrumentos legais da Bahia construídos coletivamente que podem subsidiar a fundamentação de ações de EA:

- PEEA-BA – Política Estadual de Educação Ambiental-Bahia (Lei nº 12.056/2011), cujo texto foi discutido em seminários em todos os Territórios de Identidade da Bahia, passando pelo olhar de cerca de cinco mil pessoas (encurtador.com.br/dsNV3).
- PEA-BA – Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia –, construído a partir das contribuições nesses mesmos seminários que discutiram a Lei. Traz orientações mais detalhadas para realização de atividades, ações e projetos (encurtador.com.br/juzPX);
- ProEASE – Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia, que orienta ações no sistema de ensino (http://www.escolas.educacao.ba.gov.br/proease1);
- Recomendações da CIEA-BA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia – sobre ensino formal; conferências infanto-juvenil pelo meio ambiente; gestão municipal:
  - Recomendação Ciea/BA, nº 01 - 28out 2014 (DO 28out2014) – sobre a criação de um capítulo dedicado à Educação Ambiental nas leis municipais que instituem a política de meio ambiente.
  - Recomendação Ciea/BA nº 2 – 02ago 2018 (DO 04jun2019) – considera os atos normativos acerca da EA e, a partir das diretrizes elencadas no mesmo, recomenda às escolas a realização de

Em geral, ressalta-se o **uso do diálogo e da escuta** dos envolvidos; o foco na **participação** dos grupos e comunidades; a preocupação para **contextualizar as ações** junto com aspectos gerais da localidade, de modo a permitir **reflexões que evidenciem as inter-relações** entre os diversos aspectos de uma mesma realidade; a busca de **soluções coletivas.** Também foi abordada a necessidade de **formação continuada** de educadores e educandos; um **trabalho pedagógico participativo e democrático;** e a importância da **arte e da cultura** para estimular o afeto e o sentido de pertencimento ao território em discussão.

Para fortalecer o que já se faz e trazer ideias para trabalhar as questões locais que cada qual está vivendo no seu território, pode ajudar: fazer uma leitura cuidadosa de dois importantes documentos internacionais lançados na Rio92 (Fórum Global – Rio de Janeiro/1992), que passaram por discussões coletivas de diversas organizações de muitos países. São eles:

- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (encurtador.com.br/egAC7);
- Carta da Terra (https://www.earthcharter.org/wp-content/uploads/2021/02/Carta-da-Terra-em-portugues.pdf).

Com base nesses instrumentos internacionais foi elaborada a:

adequações no currículo, na estrutura física, na gestão e no desenvolvimento e uso de materiais didáticos na perspectiva das escolas sustentáveis.

❊ Recomendação Ciea/BA nº 3 – 26set2019 (DO 19dez2019) – destaca a importância da inserção da EA como um dos temas integradores, referenciais curriculares a serem (re) elaborados pelas Secretarias Municipais de Educação, visando atender ao instituído na Base Nacional Comum Curricular.

❊ Recomendação Ciea/BA nº 4 – 26set2019 (DO 19dez2019) – destaca a importância de realização e institucionalização do processo de conferência infanto-juvenil no âmbito das secretarias Estadual e Municipais de Educação.

❊ Recomendação Ciea/BA nº5 – 28nov2019 (DO 21fev2020)– aspectos essenciais a serem contemplados na formação de professores em EA.

Orienta-se, ainda, que as secretarias de Educação Estadual e Municipais estimulem e apoiem as unidades escolares neste processo.

- Resolução nº 11 do CEE-Conselho Estadual de Educação – 17jan2017 (DO 15mar2017), sobre Educação Ambiental no sistema estadual de ensino da Bahia: Link:http://escolas.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/2017/resolucaocee11_2017.pdf

- Legislação/escolas - Link: http://escolas.educacao.ba.gov.br/legislacaoambientalsaude

- Resoluções diversas do Cepram – Conselho Estadual do Meio Ambiente da BA –, com temáticas variadas.

- Resolução sobre EA no Licenciamento, construída na CIEA-BA e aprovada no Cepram (DO 02ago2018).

11 CAMINHOS POSSÍVEIS: Que tal estruturar uma política municipal de EA?

Para planejar e desenvolver atividades de EA, é fundamental que sejam considerados esses instrumentos citados acima, no item anterior (10). Eles já existem e sistematizam muitas reflexões coletivas, relações com o meio que integramos e sugerem as transformações que precisamos promover.

Também ajuda muito conhecer as instâncias da gestão pública da EA, órgãos e colegiados (conselhos, comissões, comitês, observatórios, dentre outros) que foram instituídas nos instrumentos oficiais:

- Órgão Gestor (OG) federal da PNEA - Política Nacional de EA (Lei nº 9.795/99), composto pelos Ministérios de Educação e do Meio Ambiente (MEC/MMA);

- OG-BA, que deve implementar a Política Estadual de Educação Ambiental-Bahia (PEEA-BA, Lei 12.056/2011), composto pelas Secretarias de Educação e do Meio Ambiente da Bahia (SEC/SEMA);

- CIEA-BA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da BA –, que tem como atribuição específica elaborar e acompanhar as políticas públicas de EA na BA; e tem representação dos diversos setores sociais; é fundamental

estar atento ao seu funcionamento e deliberações;

- Conselhos Estaduais do Meio Ambiente e da Educação (Cepram e CEE) e o Colegiado Territorial; acompanhar suas pautas e resoluções.

cipal, de tal forma que se torne mais fácil promover a transversalização da EA, como propõe a lei, e o acompanhamento de ações ligadas a programas e projetos locais, bem como aos condicionantes de EA, decorrentes dos processos de licenciamento ambiental.

- E, principalmente, acompanhar as deliberações das instâncias municipais, em especial a Secretaria de Educação e Secretarias que acolhem as competências da área do meio ambiente.

Tão importante quanto planejar e executar ações, também é imprescindível monitorar e avaliar essas ações. Recomenda-se consulta à Anppea – Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (uma iniciativa da OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental (Esalq/USP), MMA – Ministério do Meio Ambiente, Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental) que, após um longo trabalho coletivo, iniciado há aproximadamente três anos, sistematizou um conjunto de 27 indicadores para o monitoramento e a avaliação de políticas e projetos de EA, divididos em 8 dimensões da EA, a ser considerados no planejamento, na implantação e no monitoramento de políticas públicas de EA (https://www.funbea.org.br/anppea/)

Avançar para uma legislação municipal de EA pode qualificar e dar respaldo ao desenvolvimento das ações locais. Para tanto, recomenda-se realizar processos participativos e pedagógicos para a elaboração de lei de EA local e para a instalação da CIEA muni-

Pode ser um bom caminho, também, **incluir o município nas iniciativas de EA que já estão propostas pela legislação,** tais como:

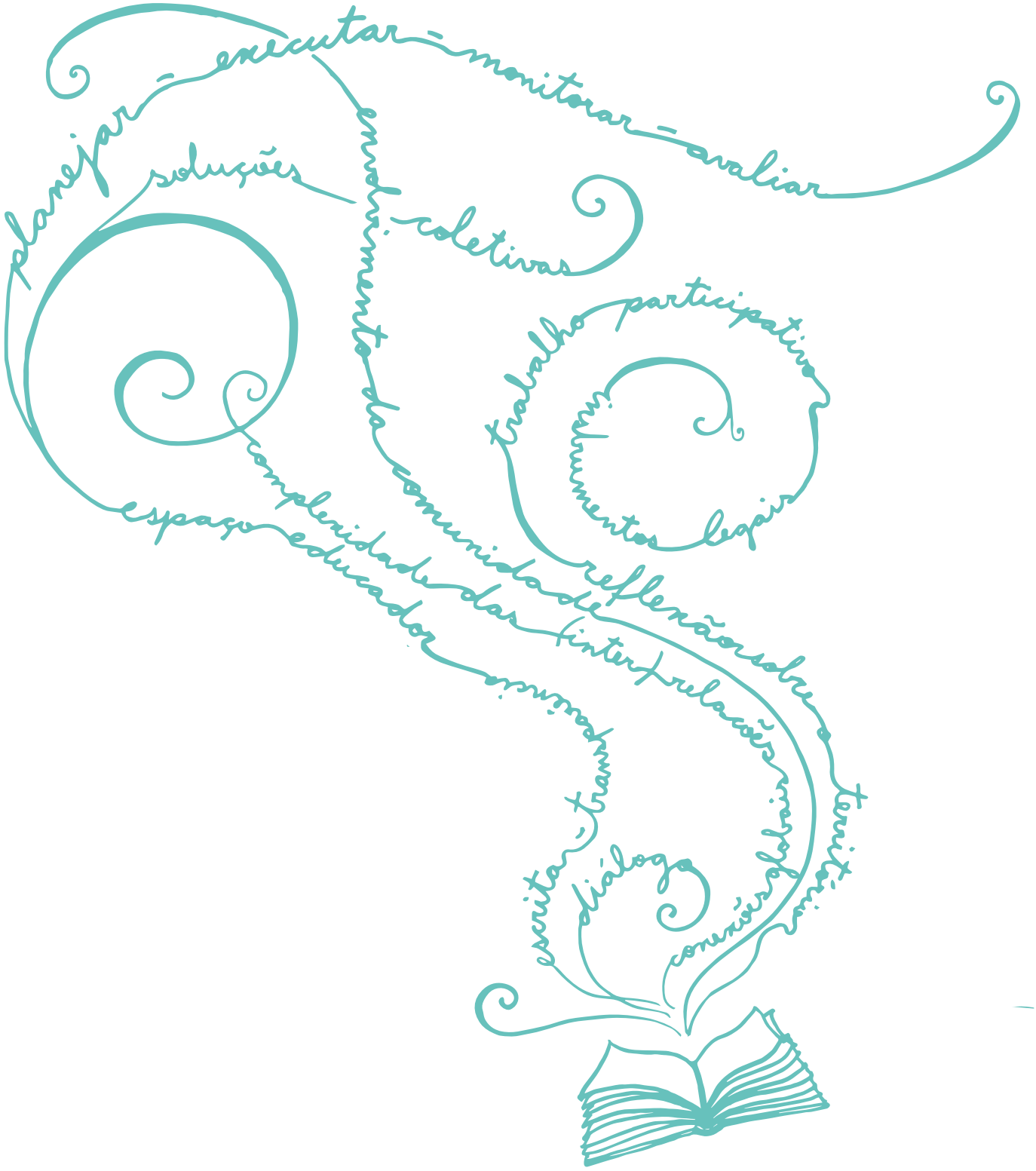
- Realização de Conferências de Meio Ambiente, versões adulta e infanto-juvenil;
- Instalação de Salas Verdes;
- Criação de Com-Vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) nas escolas;
- Incentivo à criação de Coletivos Educadores nas comunidades, que pode envolver grupos sociais e instituições interessadas;
- Criação e/ou acompanhamento dos colegiados municipais;
- Inclusão de **recursos orçamentários nos planejamentos** municipais para as atividades de EA.

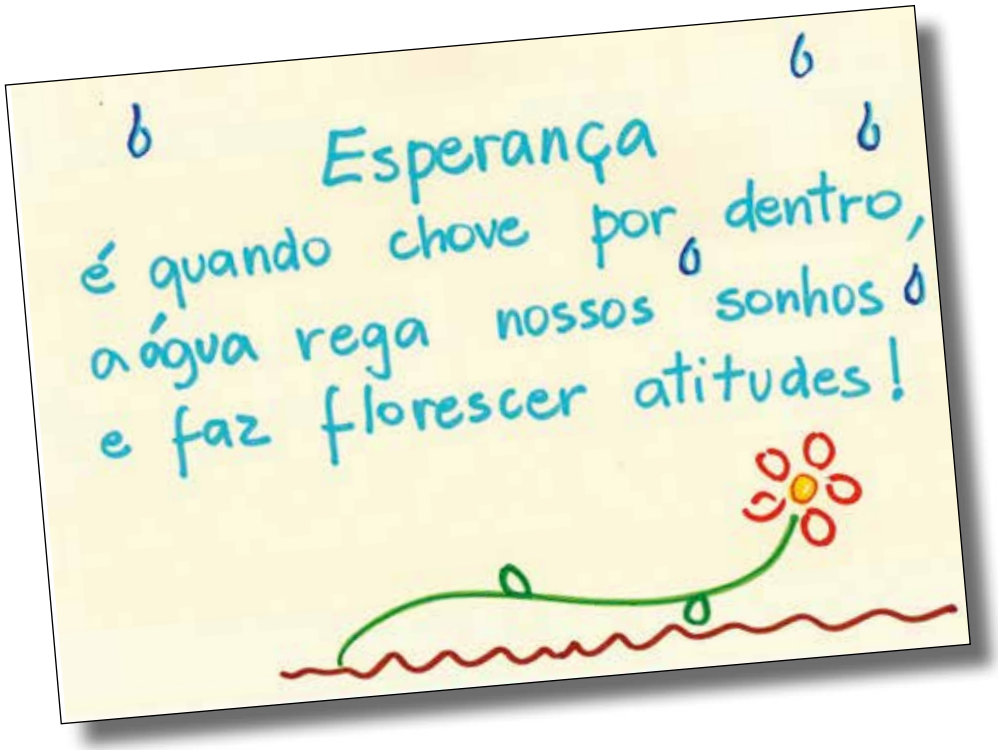
Com a pandemia, as desigualdades sociais aumentaram e ficaram muito mais evidenciadas, gerando urgências de toda ordem, sendo uma delas a necessidade de **inclusão na era digital**, cujas ferramentas podem colaborar com a conexão de pessoas de diferentes territórios. Mas é preciso investir na democratização dessas tecnologias, enfrentando as inúmeras limitações de partes expressivas da população

12 PARA SABER MAIS: Sugestões de Consultas

- **"Metodologia do Pré-Fórum de Educação Ambiental da Bahia"** (link: https://drive.google.com/file/d/1Q6TOJwFV1JVYCJd-dfD-fKjXN2OLyEzc/view
- Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia – link: https://www.youtube.com/channel/UCWfd62o9lkoWbvFYC_9MPsg/featured
- Links das 3 *lives* do TMS no Pré X FBEA -BA – (Pré X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – Bahia):

  1ª *Live*: Território Metropolitano de Salvador – 15/abril/2021: https://www.youtube.com/watch?v=6e2fDsq9L9U
  2ª *Live*: Escuta do Viver nos Territórios de Identidade – Território Metropolitano de Salvador – 29/abril/2021: https://www.youtube.com/watch?v=FbRAUxb3F_E
  3ª *Live*: Escuta do Viver nos Territórios de Identidade – Território Metropolitano de Salvador – 06/maio/2021: https://www.youtube.com/watch?v=eGRav6ZpJf8
- Fonasc.CBH - Forúm Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
  email: contato@fonasc-cbh.org.br
  site: fonasc-cbh.org.br
- Fórum Clima Salvador: https://www.instagram.com/forumclimasalvador/
- Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia
  email: ascom@gamba.org.br
  site: www.gamba.org.br
  facebook: onggamba
  instagram: @gambabahia
- Greenpeace Brasil: https://www.instagram.com/greenpeacebrasil/
- Legislação/escolas: https://escolas.educacao.ba.gov.br/legislacaoambientalsaude
- Portal Sustentabilidade: https://www.instagram.com/portal.sustentabilidade/
- Projeto de Lei Escola Verde. Mais informações podem ser obtidas no site: www.canteiroscoletivos.com.br/leiescolaverde
- Secis – Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência/Salvador: https://www.instagram.com/secissalvador/
- Sema – Secretaria do Meio Ambiente-BA: https://www.instagram.com/semabahia/
- SOS Mata Atlântica: https://www.instagram.com/sosmataatlantica/


planejar - executar - monitorar - avaliar
soluções
envolvimento da comunidade
coletivas
trabalho participativo
instrumentos legais
complexidade das inter-relações
espaço educador
reflexão sobre a teoria
escrita - transformação
diálogo
consciência



Essas são iniciativas que ajudam a discutir e a encontrar saídas para as questões locais, visando uma sustentabilidade sistêmica para todos os seres. Elas podem gerar sensibilização e mobilização das pessoas em torno de causas socioambientais e da estruturação de instâncias que viabilizem a participação. A EA torna-se um espaço político para que as pessoas possam aderir às suas causas.

Com este documento, a Reaba – Rede de Educação Ambiental da Bahia espera poder contribuir para o aprofundamento de reflexões sobre compreender e vivenciar a Educação Ambiental que se tornou referência mundial, desde 1992, com o Tratado de Educação Ambiental, protegendo esse conceito – Educação Ambiental – de ser usurpado da forma como aparece na fala de muitos, que acabam por aderir a medidas aparentemente ecológicas, paliativas, com discursos pseudo-educativos, que promovem eventos, campanhas e propagandas que nem sempre refletem a realidade e as necessidades e interesses genuínos dos grupos sociais.

A Reaba procura também estimular a (re)articulação das pessoas para entrelaçar as causas socioambientais, culturais, espirituais, econômicas e políticas, fazendo crescer as forças que todos e todas nós precisamos ter para o enfrentamento das emergências climáticas que se impuseram a partir dos descaminhos trilhados pela humanidade e que já geraram tanta degradação ambiental.

É imprescindível a busca de um novo modo de viver!

GT TMS – Reaba
Grupo de Trabalho do Território Metropolitano de Salvador
Rede de Educação Ambiental da Bahia
Salvador, 2022

"A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico.
Durante a revisão os erros se encondem,
fazem-se positivamente invisíveis.
Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos,
verdadeiros sacis vermelhos
a nos botar a língua em todas as páginas.
Trata-se de um mistério que a ciência
não conseguiu decifrar..."

Monteiro Lobato

Este documento foi elaborado no ano de 2021, em plena pandemia do coronavírus. Composto com as fontes Otawa e Frutiger. Impresso na Alphagraphis Bela Vista, no papel Offset 120g

Apoio Financeiro:

FONASC.CBH
Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas

É uma organização da sociedade civil (OSC), fundada em março de 2001 por um grupo de 72 entidades da sociedade civil, a fim de estimular a população a participar da gestão cidadã nas bacias hidrográficas.

Desde então, estamos atuando junto aos movimentos sociais por meio de capacitação, mobilização, articulação e educação ambiental na gestão dos rios e águas públicas. Sendo assim, nós nos fazemos presentes nos Comitês de Bacia e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos de cinco estados: Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro, além do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ademais, na Bahia o FONASC.CBH foi eleito suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), para o quadriênio 2022/2026.

GAMBA
Grupo Ambientalista da Bahia

É uma organização da sociedade civil (OSC), sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de atuar no acompanhamento das políticas públicas, na conservação de ecossistemas e na formação da cidadania, baseada em princípios democráticos e de justiça social. Foi fundado em 14 de abril de 1982.

Em sua trajetória, o Gambá denuncia irregularidades ambientais, discute a legislação, assume cargos de representação de OSCs ambientalistas nos espaços de controle público, desenvolve campanhas e ações de mobilização social, elabora e executa projetos, com diferentes temáticas socioambientais, além de realizar trabalhos de pesquisa, monitoramento e recuperação da fauna e da flora, sempre incorporando a educação ambiental em suas atividades.

reaba
Rede de Educação Ambiental da Bahia

A Reaba-Rede de Educação Ambiental da Bahia foi criada em 1992, por educadores e educadoras baianos, que participaram do Fórum Global (Rio-92), com o objetivo inicial de divulgar o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", um dos que foram firmados nesse grande evento, por organizações e movimentos sociais de várias partes do mundo.

É uma rede constituída por pessoas interessadas em discutir, fomentar e disseminar a Educação Ambiental (EA), especialmente na Bahia. São profissionais de diversas áreas, ativistas, lideranças comunitárias, estudantes, funcionários públicos ou do setor empresarial, que atuam no campo da EA, nesses 30 anos de existência, com a perspectiva de refletir, de forma integrada, sobre as questões socioambientais e buscar soluções, do ponto de vista da sociedade civil.

Princípios como participação, autonomia, democracia, emancipação, inclusão, diversidade, autogestão e comprometimento orientam as práticas do grupo e norteiam seus participantes, pois entende-se que EA seja agregadora e tem o papel de contribuir com o coletivo, principalmente destacando temas socioambientais ainda pouco tratados, ou negligenciados pelos setores da sociedade.